

CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE

16.05.2018

AUDIOTEXT SERVIÇOS E CIA. LTDA. - ME**CPI - ORGANIZAÇÕES SOCIAIS DA SAÚDE****16.05.2018**

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato 17/2018, com a finalidade de apurar denúncias de irregularidades nos contratos celebrados com as Organizações Sociais de Saúde - OSS, pelas prefeituras e pelo Governo do Estado de São Paulo.

Registro a presença dos nobres deputados Carlos Neder, Edmir Chedid, Wellington Moura, Cezinha de Madureira e Davi Zaia. Solicito à secretária que faça a leitura da Ata da reunião anterior.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Para pedir a V. Exa. a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É regimental a solicitação de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura da Ata da reunião anterior. Objeto número dois, proceder à oitiva do Dr. Haino Burmester, coordenador de Recursos Humanos da Secretaria de Estado da Saúde, e coordenador da Comissão de Avaliação da Execução dos Contratos de Gestão das Organizações Sociais. Convidado com o objetivo de prestar esclarecimentos pertinentes ao objeto desta CPI. Solicito ao Dr. Haino que, por gentileza, se aproxime e sente ao nosso lado direito.

Queremos agradecer ao Dr. Haino por vir a esta CPI. Foi muito solícito na data marcada e agendada. Muito obrigado pela sua presença. E passo a palavra, para que em até 20 minutos você faça suas explanações. E depois vamos abrir para os questionamentos dos Srs. Deputados.

O SR. HAINO BURMESTER - Boa tarde, senhoras e senhores. Presidente, agradeço muito pela oportunidade de estar aqui na Casa do Povo. Acho que venho com toda a humildade e honra participar de uma sessão na Assembleia Legislativa. Acho que é uma obrigação enquanto servidor público há quase 40 anos. Já várias vezes tive a oportunidade de frequentar sessões na Assembleia, e sempre o faço com muito orgulho e muita honra por ser chamado. Porque acho que essa é uma função do servidor público.

Como o senhor instruiu que eu me apresentasse, como disse, estou desde 1978 no Estado. Possivelmente, grande parte das pessoas que estão aqui não tinha nem nascido quando eu já trabalhava no Hospital das Clínicas. Meu vínculo original é nesse hospital. Sou médico de formação e administrador de empresas. Quando terminei meu curso médico, naturalmente me encaminhei para a questão da gestão da saúde, e tive a honra de fazer parte da primeira turma de residentes do Hospital das Clínicas, em administração hospitalar e sistemas de saúde, em 76, 77. E em 78 nós fomos admitidos no hospital, e desenvolvemos uma série de funções e tarefas, sempre ligadas com a administração - no centro cirúrgico, no laboratório, no banco de sangue.

Ultimamente estávamos trabalhando na superintendência do hospital, como chefe de gabinete no mandato do Dr. José Emanuel. Estivemos lá por oito anos. Ao término do mandato do Dr. José Emanuel, o Dr. Giovanni Cerri foi indicado secretário da Saúde, e nos convidou para integrarmos a sua equipe. Então desde fevereiro de 2011 estamos na Secretaria Estadual da Saúde, na coordenadoria de recursos humanos. O Dr. Giovanni saiu, e entrou o Dr. David Uip, que nos solicitou que continuássemos. E agora o Dr. Zago também nos convidou para que continuássemos. Ou seja, estamos no terceiro secretário.

E como coordenador de recursos humanos, não necessariamente está vinculada ao papel de coordenador da comissão de avaliação das OSS. Mas nós fomos convidados para coordenar essa comissão. Já tínhamos tido a honra de participar da comissão antes mesmo de ir para a secretaria, como membros. E quando entramos na coordenadoria, fomos convidados para assumir a coordenadoria da comissão, e estamos fazendo esse papel desde então, nos últimos quase sete anos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Registrar a presença dos nobres deputados Barros Munhoz e Cássio Navarro.

O SR. HAINO BURMESTER - Acho que é nessa condição que fui convidado para vir aqui prestar esclarecimentos. Estamos à disposição para responder as perguntas que soubermos responder. Aquelas que não soubermos, depois encaminhamos os esclarecimentos necessários para a Comissão. Estamos à disposição das perguntas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado, Dr. Haino. O deputado Carlos Neder já solicitou inscrição. Por favor, tem a palavra, Vossa Excelência.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Em primeiro lugar quero cumprimentar o Dr. Haino. Nós fizemos parte até recentemente, o deputado Gil Lancaster e eu, dessa comissão de avaliação e acompanhamento dos contratos de gestão das OSS.

Precisamos renunciar a nossa participação, e quero até deixar uma cópia par ao Dr. Haino, porque não sei se a secretaria foi devidamente informada pela secretaria legislativa, da nossa renúncia, uma vez que fomos obrigados a renunciar a participação nesses conselhos por determinação da justiça eleitoral. Nesse período em que estaremos em processo eleitoral, nossa participação fica inviabilizada. Então quero deixar depois com o senhor uma cópia desse documento que foi encaminhado ao presidente da Assembleia. Acredito que os demais deputados tenham feito o mesmo em relação a outras comissões e conselhos que atuam junto ao Poder Executivo.

Dr. Haino, nas reuniões que participamos, levantamos vários aspectos, alguns deles contemplados em procedimentos da comissão. O primeiro deles foi pedir que as reuniões da comissão tivessem uma ata, e que ela fosse encaminhada, se possível, mais fidedigna possível, *ipsis litteris*, ainda que com algum resumo para os membros. E assim foi feito. Segundo, que nós tivéssemos ao final de cada trimestre a possibilidade de termos um relatório anual. Porque uma coisa é você analisar quatro relatórios trimestrais, e nós temos o condensado do ano, que nos dá uma visão mais completa do exercício financeiro. E assim foi feito.

Então nesse sentido, Sr. Presidente, acho importante que a comissão ofereça a essa CPI os relatórios anuais. Portanto, aqueles que estão vinculados à análise do último trimestre, de tal maneira que a CPI possa ter uma visão de cada ano. O Dr. Haino esteve nesse período de praticamente sete anos, mas esse relatório anual é mais recente. Pelo menos esses que já estão disponíveis. Uma terceira sugestão feita e acatada foi de a Comissão fazer visitas *in loco* nos hospitais. E assim foi feita no Hospital de

Carapicuíba, também no Hospital do Grajaú, e ficamos de fazermos outra na região de Bauru. Estamos aguardando um agendamento. Dessa maneira, teríamos uma amostragem da Grande São Paulo, outra da capital e uma terceira do interior. Isso envolve diferentes organizações sociais.

Sempre houve um debate na Comissão de quanto gastaríamos de tempo e energia para discutir aspectos orçamentários e financeiros, e mais diretamente relacionados a questões de natureza técnica, em função das metas acordadas com essas organizações sociais. Em alguns momentos nós nos deparamos com uma dificuldade de adentrar a esse aspecto orçamentário e financeiro, que é principalmente a razão de ser dessa CPI. Nós tivemos aqui, antecedendo a vinda do Dr. Haino, a presença da coordenadora de contratos de gestão, e fizemos questão de afirmar da sua competência e seriedade. Infelizmente, ou por razões desconhecidas, logo após a vinda dela a esta CPI, foi exonerada do cargo. Até onde sabemos, não foi a pedido do parlamento estadual, mas uma decisão de governo.

Entretanto, a Dra. Eliana cumpria um papel importante nessa comissão de avaliação dos contratos de gestão, no que diz respeito aos aspectos técnicos. Inclusive na vinda dela aqui, houve comentários, inclusive do deputado Barros Munhoz e de mim mesmo, de que ela tinha feito uma apresentação essencialmente técnica. Mas que nós precisávamos entender a relação da comissão de avaliação dos contratos de gestão com as coordenadorias que cuidam dos contratos de gestão em seu aspecto orçamentário e financeiro, e também aquela que cuida das parcerias.

E o Tribunal de Contas que aqui veio, na pessoa de seu presidente, falou em 8.400 contratos. Nós entendemos que uma parte desses contratos é efetivamente de contratos de gestão, e uma outra parte de parcerias que se traduzem em convênios e contratos não propriamente orientados pela Lei 846/1998. Então eu pergunto ao Dr. Haino se ele teve acesso a esse material do Tribunal de Contas do Estado, que entregamos em mãos à Dra. Eliana. Além disso, o Tribunal de Contas ficou de encaminhar essa documentação também à Secretaria de Estado da Saúde. E em particular, na parte que se refere aos problemas identificados pelo Tribunal de Contas do Estado.

Nós temos aqui no slide 24, súmulas relacionadas ao terceiro setor. E do slide 26 até 32, uma série de problemas identificados pelo Tribunal de Contas do Estado, sem que o tribunal nos tenha oferecido informações sobre quais seriam as OSS diretamente relacionadas a cada uma dessas questões ou desses problemas identificados pelo Tribunal de Contas do Estado. Naquela ocasião nós pedimos à Dra. Eliana, agora

afastada da sua função, que identificasse item por item, a quem se refere o Tribunal de Contas do Estado, os valores envolvidos, e se eventualmente houve o estorno desses valores identificados como irregulares para o erário ou Fundo Estadual de Saúde.

Então como não sei se houve esse diálogo ou não, tenho cópia para deixar com o senhor, caso necessária. Por fim, nos foi informado que são 46 entidades privadas qualificadas como organizações sociais. Entretanto, o Tribunal de Contas não sabia afirmar com certeza dessas 46, quantas efetivamente mantém contratos de gestão com a Secretaria de Estado da Saúde. É importante ressaltar que essa CPI foi criada para acompanhar não só os contratos de gestão firmados pela Secretaria de Estado da Saúde, mas também pelos municípios.

Dessa maneira, nós deputados fomos divididos em quatro subgrupos. Um deputado acompanha a área hospitalar e o CROSS - Central de Regulação, com sua vinculação ao Seconci. Outro deputado cuida da questão dos ambulatórios de especialidades. Um terceiro os demais sistemas, chegando também à Rede Lucy Montoro e outros equipamentos. E um quarto, eu, que fiquei responsável por acompanhar a CPI no que diz respeito às OSS contratadas na capital, com base numa lei própria municipal, e outros mecanismos de controle.

Isso a título de introdução, presidente. Acho que seria importante uma primeira intervenção do Dr. Haino nos situando sobre o que aconteceu desde a vinda do Tribunal de Contas aqui, e da Dr. Eliana. E se houve alguma mudança de procedimento, e o que teria levado a sua substituição num cargo tão importante como coordenadora dos contratos de gestão, e também o papel que ela cumpria nessa comissão de avaliação.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Presidente, peço desculpas ao Dr. Haino, mas me sinto obrigado a prestar um esclarecimento. Eu telefonei ao secretário da Saúde, Dr. Zago, e o indaguei do porquê da saída da Dr. Eliana. Porque realmente, logo após ela ter estado aqui, pode gerar até alguma especulação, se imaginar alguma razão anormal. Ele me disse que ela simplesmente já tinha decidido sair, e não queria mais continuar. É vontade própria dela, já tomada desde antes dela ter vindo aqui, e ratificada

logo após. E como ele já estava apto a indicar o sucessor, foi o que aconteceu. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, excelência. Tem a palavra, Dr. Haino.

O SR. HAINO BURMESTER - Da mesma forma que o deputado, a informação que eu tenho pessoal dela é de que já tinha decidido, antes mesmo da mudança do secretário, optado por não continuar na comissão. O documento eu não tive acesso deputado. Agora nós temos reunião da comissão na sexta-feira, dia 25, então podemos eventualmente levar esse tema para...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente. Só que nós deputados não estaremos.

O SR. HAINO BURMESTER - Não. E aí vindo a sua preocupação com relação à comunicação. A única comunicação que tive pessoalmente foi do seu e-mail dizendo, e até não entendi muito bem. Então na próxima reunião não haverá representação da Assembleia, é isso?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - É. Por determinação da Justiça Eleitoral, em todo esse período - e tem até um parecer da Procuradoria da Assembleia que eu acho que seria importante chegar ao conhecimento da Secretaria de Estado da Saúde, que determina o prazo obrigatório de afastamento dos deputados desses conselhos, sob pena de ficarmos inelegíveis. A procuradoria poderia oferecer ao Dr. Haino uma cópia desse parecer.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nós temos aqui. O senhor faz a gentileza? Obrigado.

O SR. HAINO BURMESTER - Com relação aos demais convênios que o senhor fez menção, geralmente não tenho os números, não sei exatamente quantos convênios são da secretaria. Mas imagino que seja um número aproximado a esse que o senhor falou, ou exatamente esse. Também com relação às 46 entidades privadas, também não

saberia dizer se todas, mas acho que a maioria delas tem contrato de gestão com a secretaria. Não quero ser absoluto em dizer que todas, porque pode haver uma ou outra que eventualmente não tenha esse vínculo.

Com relação a questão orçamentária e financeira, no relatório trimestral sempre há uma série de informações com relação a custos, contabilidade de um modo geral, etcetera. Mas eventualmente, se for necessário ampliar isso, o senhor colocou isso mais uma vez na comissão, nunca ficou muito claro para mim o que mais nós precisaríamos ter nos relatórios. Mas acho que mudamos esse relatório inúmeras vezes, sempre com sugestões dos membros da comissão. E acho que não haveria nenhum problema maior em fazermos outra abordagem desse aspecto dentro do relatório. Embora não seja eu que elabora o relatório, mas como das vezes anteriores quando foram sugeridas mudanças, o pessoal da coordenadoria da gestão das OSS procurou atender sempre às necessidades.

Então se houver necessidade de alguma informação complementar, essa questão financeira, orçamentária, etcetera, será incluído no relatório. Eu não sei se com isso toquei todos os pontos que o senhor mencionou.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Na vinda do conselheiro do Conselho Estadual de Saúde, Sr. Mauri Bezerra, que também compõe essa comissão de avaliação dos contratos de gestão - razão pela qual ele foi convidado, seja porque compõe o maior órgão colegiado de saúde, como também a comissão de avaliação dos contratos de gestão -, ele trouxe informações bastante preocupantes a título de inclusive exemplificar problemas identificados pelo Tribunal de Contas do Estado, de contratos firmados pela Secretaria de Estado da Saúde, com empresas quarterizadas por essas organizações sociais.

Portanto, a legislação trabalha com a lógica da delegação de competências, com recursos do fundo público para essas instituições qualificadas como OSS. Entretanto, as OSS vêm progressivamente quarterizando o contrato firmado com a Secretaria de Estado da Saúde. E ele trouxe informações, inclusive cópias de contratos firmados, informações referentes à Junta Comercial, de empresas criadas por funcionários públicos estaduais - e isso não é permitido pelo Estatuto do Funcionalismo. Ao mesmo tempo, empresas trabalhando teoricamente na plenitude daquilo que lhe foi delegado, entretanto, sem corpo de funcionários, funcionando muitas vezes com endereço no

apartamento do proprietário, empresas instaladas em salas com 15 metros quadrados. E recebendo valores da ordem de seis, oito milhões por ano.

Esses contratos são firmados com a Secretaria de Estado da Saúde, sob responsabilidade da coordenadoria de gestão de contratos. Aí que está a nossa preocupação. Nessa comissão acabamos fazendo uma avaliação técnica sobre cumprimento ou não de metas, se os recursos foram repassados adequadamente, se as OSS têm condições de dispor de recursos de investimentos para aprimorar o seu trabalho. Mas a comissão não consegue perceber esses problemas aqui trazidos na CPI, sobretudo no que diz respeito a contratos de gestão firmados com empresas que estariam quarteirizando seus serviços.

Então pergunto ao senhor se a secretaria tem conhecimento desse problema, e se recebeu, por exemplo, cópia desses contratos. Presidente, já deu tempo para o Tribunal de Contas do Estado encaminhar aquilo que nós solicitamos, seja aos membros desta CPI, seja à Secretaria de Estado da Saúde. Então vou começar a aumentar o tom aqui, porque já é a terceira reunião que estamos pedindo os documentos que foram mencionados aqui pelo Tribunal de Contas do Estado. Esta CPI tem a prerrogativa de convocação também. E o TCE é um órgão auxiliar do parlamento estadual. Nesse sentido, não há razão para que a SES não tenha recebido até agora sequer o documento trazido aqui pelo presidente do tribunal, quanto mais a complementação desse documento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ok, excelência. O senhor me desculpa, eu estava olhando o celular porque chegou mais uma denúncia. Depois eu coloco para os senhores. Foi falta de atenção com Vossa Excelência. Mas temos aqui o representante do Tribunal de Contas que acompanha essa reunião de hoje, o Moacir Pereira da Silva. Nós vamos colocar em suas mãos, antes de terminar a sessão, uma solicitação pedindo agilidade na entrega desses documentos. Eles são muito importantes para todos nós aqui, inclusive para fazer aquilo que a CPI deve fazer, que é fazer sua investigação.

Então, nobre deputado Carlos Neder, além do ofício que será levado em mãos e entregue pelo Moacir, também me comprometo a fazer uma ligação para o presidente do tribunal e ver o que está acontecendo. Se ele não tem toda a documentação, mas vai encaminhando o que pode encaminhar, para avaliarmos isso. Concordo com V. Exa., está demorando um pouco.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exatamente porque tanto no caso da Dra. Eliana como no caso do Dr. Haino, eu precisei fazer uma cópia da documentação do Tribunal de Contas para que, por exemplo, o Dr. Haino pudesse se reportar ao documento. Agora, sequer ele tem conhecimento do documento, então como ele pode responder diante das afirmações feitas pelo presidente do Tribunal de Contas do Estado?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, Sr. Presidente. Boa tarde ao senhor e a todos os deputados, senhoras e senhores técnicos, e funcionários da Casa. Dr. Haino, é um prazer recebê-lo o senhor. Na entrada lhe perguntei a pronúncia correta do seu nome, e o senhor disse que é Haino.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, presidente. Se fosse possível, até por uma gentileza do deputado Cezinha, gostaria de fazer as perguntas antes dele, devido à Comissão de Finanças e Orçamento, que terei que presidir daqui meia hora.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Claro. No início da fala do Dr. Haino ele disse que já está há mais ou menos sete anos no conselho. É isso?

O SR. HAINO BURMESTER - Na coordenadoria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Queria fazer algumas perguntas na sequência para o senhor. Vou ceder a minha parte para o deputado Wellington Moura, mas só deixar no radar que eu queria falar um pouco sobre o contrato do CROSS com o senhor. E deixo aqui também a pergunta que o senhor pode responder depois junto com a do Wellington Moura. Quem foi que indicou e nomeou o senhor na época para esse conselho? Muito obrigado, presidente. Na sequência do deputado Wellington Moura, respeitando o seu trabalho, eu continuo.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, presidente. Pode responder a essas duas perguntas, e já faço as minhas.

O SR. HAINO BURMESTER - Deputado, como falei no início, fui indicado pelo secretário que me indicou para a coordenadoria de recursos humanos, o Dr. Giovanni Cerri, que também depois me indicou para fazer parte...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quem era o Dr. Giovanni?

O SR. HAINO BURMESTER - Dr. Giovanni Cerri foi o secretário estadual da Saúde.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Isso em que ano?

O SR. HAINO BURMESTER - Começo de 2011, se não estou enganado.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - A questão do CROSS é um pouquinho mais longa, deputado Wellington. Eu cedo ao senhor e depois volto a falar com ele sobre isso.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Obrigado, deputado Cezinha. Obrigado Dr. Haino, primeiramente acredito que você vai responder. O senhor ocupa ou ocupou cargo de coordenador que acompanha a avaliação e execução dos contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais de Saúde, no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde. O senhor poderia explicar melhor como funciona esse conselho? As reuniões da comissão ocorreram quando e onde? E nas reuniões, os contratos são analisados à execução deles?

Eu tenho um ofício de número 137/2017, recebido até vossa senhoria, sobre o relatório conclusivo da análise de execução do contrato de gestão celebrado com Organizações Sociais de Saúde, relativo ao exercício de 2016. Esse relatório é assinado pelo senhor, de acordo com os relatórios apresentados. Asseveramos que estão cumprindo as disposições contratuais atinentes à produção assistencial aos recursos financeiros, apresentando desempenho adequado. Pergunto ao senhor, considerando as

falhas graves apontadas pelo Tribunal de Contas do Estado, se o senhor mantém esse relatório de que as OSS estão cumprindo as disposições contratuais.

O SR. HAINO BURMESTER - Deputado, a minha função como coordenador da comissão, e aí já vou explicar um pouco como ela funciona, basicamente, eu diria que são duas tarefas. A primeira é manter a logística da comissão; convocar as reuniões, distribuir os documentos que os membros da reunião precisam ter conhecimento do que será discutido na reunião, marcar a reunião, o local, etcetera. As reuniões sempre são organizadas na Secretaria Estadual de Saúde. Ultimamente têm sido realizadas no primeiro andar do edifício da Doutor Arnaldo, um local próprio para fazer transmissão via web, de reuniões.

Em função de algumas solicitações de alguns membros que tinham dificuldade maior de eventualmente comparecer em algumas reuniões, nós conseguimos realizá-las nessa sala. É uma sala de situação, em que há toda uma série de equipamentos disponíveis para se fazer reunião transmitidas pela web. Então temos tido poucas participações, mas já tivemos algumas participações de membros da comissão, que não estão presentes na sala, mas fazem contato via web, assistem e participam da reunião, dando seus votos ao final dela. E a outra função que eu diria...

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - E elas ocorreram quando?

O SR. HAINO BURMESTER - Elas são centralizadas em quatro vezes por ano, trimestrais. Elas acontecem mais ou menos dois ou três meses após o vencimento do trimestre, porque há toda uma dinâmica da coordenação de gestão dos contratos de OSS. A coordenação faz reuniões com todas as entidades há cada trimestre, são mais de cem entidades. Então eles têm reuniões que duram... Eu nunca participei, porque é uma função da coordenação de gestão das OSS, da qual a Dra. Eliana era coordenadora, mas ela nos relatava que essas reuniões duram pelo menos uma hora ou mais.

Então há um certo distanciamento entre o fim do trimestre e a convocação da reunião dessa comissão, que apreciará os relatórios elaborados pela coordenação de gestão das OSS. Então o fulcro da reunião dessa comissão é uma análise desse relatório, preparado pela coordenação de gestão das organizações sociais, que contém informações sobre os hospitais, os ambulatórios, os serviços de laboratórios, de imagem

e farmácia. Esse material é encaminhado aos membros - antes era encaminhado com dez dias de antecedência, e foi solicitado pelos membros que essa antecedência fosse ampliada para 15 dias. Nós enviamos isso por e-mail para todos os membros da comissão. É esse material que é analisado durante a reunião.

Minha segunda função é coordenar a reunião.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Quantos membros existem nessa comissão?

O SR. HAINO BURMESTER - São dois da Assembleia, dois do Conselho Estadual de Saúde e mais a Dra. Maria, o Dr. Reinaldo, Dr. Eduardo, Dra. Nanci, o diretor do Hospital São Paulo, o Dr. Gonçalo. São mais seis pessoas, além dos quatro que representam o Conselho Estadual de Saúde e a Assembleia. A legislação não define isso, mas um número fixo para representantes do conselho e da Assembleia. Ela diz que a comissão deverá ter membros, se não me engano a palavra usada é “de notório saber na área de gestão de saúde”. Esses membros são indicados por uma portaria do secretário, e têm rodado ao longo dos anos em função de uma maior ou menor disponibilidade de tempo. São tarefas sem nenhuma remuneração.

Eventualmente temos ao longo desses anos todos, trocados vários desses representantes, que vêm por indicação de diferentes formas. O Dr. Adib Jatene já foi membro dessa comissão, e várias pessoas que representam um conhecimento sobre a questão da gestão de saúde. Não sei se com isso respondi às suas perguntas.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Só mais algumas perguntas. O senhor possui ou já possuiu algum vínculo empregatício de gestão com alguma organização social?

O SR. HAINO BURMESTER - Com organização social, não. Eu fui há muitos anos, mas não é uma organização social, o Sepaco - Serviço Social da Indústria do Papel, Papelão e Cortiça do Estado de São Paulo. Mas saí de lá em 1990. Mas acho que o Sepaco não se caracteriza e nem nunca se posicionou como uma organização social para assumir nenhum desses serviços.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - O senhor tem algum relacionamento com os fiscais dos contratos? Direto, indireto ou não existe?

O SR. HAINO BURMESTER - Fiscais? Não. Na verdade, os fiscais que o senhor diz da secretaria ou do tribunal?

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Da própria secretaria. Relação de contato direto ou indireto.

O SR. HAINO BURMESTER - Não.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Perfeito. Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Cezinha de Madureira, para dar continuidade?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, Sr. Presidente. Dr. Haino, há quanto tempo existe o CROSS?

O SR. HAINO BURMESTER - Não saberia dizer exatamente, mas é um órgão que existe há bastante tempo. Hoje ele está muito mais estruturado, tem características muito diferentes. Ele foi bem menos estruturado no passado, eventualmente contribuía menos. Mas ultimamente está bem estruturado e cada vez mais conseguindo fazer seu papel.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor está afirmando que o CROSS está, cada vez mais, bem estruturado?

O SR. HAINO BURMESTER - Porque ele usa cada vez mais tecnologia. A regulação exige muita tecnologia, muito contato das unidades da ponta com o centro. Tudo isso tem evoluído ao longo do tempo, e o CROSS tem assimilado esses avanços.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então se nós temos a cada dia mais investimentos no CROSS, obviamente quanto mais investimento em tecnologia,

como o senhor está dizendo, o atendimento deveria ser melhor na regulação de vagas. O que na verdade não é o que nós entendemos aqui e recebemos de reclamações todos os dias sobre o CROSS. Inclusive, devo fazer um requerimento para entender a quantidade de atendimento que o CROSS faz diário, mensal e anual, e quanto custa esses contratos, e onde é investido esse dinheiro.

Quando foi criado o CROSS, Sr. Haino, foi feito um contrato como OSS. O CROSS é uma OSS, correto?

O SR. HAINO BURMESTER - Ele já existia antes.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - É uma OSS que tem um presidente, um superintendente que cuida ali do CROSS, que é a regulação de vagas. Correto?

O SR. HAINO BURMESTER - Sim. A OSS operacionaliza isso.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O sistema do governo, a regulação de vagas.

O SR. HAINO BURMESTER - Isso.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Portanto, o CROSS é responsável pela regulação de vagas. Essa OSS é responsável pelo CROSS.

O SR. HAINO BURMESTER - Cumprindo as determinações e orientações da secretaria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - As responsabilidades são da secretaria ou da OSS?

O SR. HAINO BURMESTER - Da secretaria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então alguma discrepância que venha a ocorrer no CROSS, a responsabilidade é da secretaria, e não da OSS?

O SR. HAINO BURMESTER - Seguramente.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E onde fica a responsabilidade da OSS, que recebe o dinheiro do Estado?

O SR. HAINO BURMESTER - Ela operacionaliza o CROSS, e terá que cumprir metas como todos os contratos de gestão. E essas metas, cumpridas ou não, ela será multada como qualquer organização social que tenha contrato de gestão com o Estado de São Paulo.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Desde quando existe o CROSS, é a mesma OSS que rege?

O SR. HAINO BURMESTER - Não, é isso que eu estava colocando para o senhor, deputado. Eu entendo que a função de regulação é muito anterior a CROSS como conhecemos. Porque a função regulação, ou seja, encaminhamentos de leitos, etcetera, é uma função primordial para execução do sistema. Ela existiu antes que fosse atribuída a uma organização social.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Mas então há quanto tempo existe a organização social regendo o CROSS?

O SR. HAINO BURMESTER - Eu não saberia dizer, mas é bem mais recente. Não tenho exatamente essa data.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Gostaria que o senhor informasse por e-mail a esta Comissão, como já foi determinado aqui, essas informações sobre desde quando existe o contrato do CROSS. Aliás, desde quando existe o contrato via OSS, e há quanto tempo está essa última OSS lá. Ou se é a mesma OSS que rege há tanto tempo o CROSS. Vamos nos aprofundar um pouco mais, porque queria entender por que o contrato do CROSS é tão alto, e às vezes não atinge, vamos falar hipoteticamente, Santa Fé do Sul. Um hospital que não faz parte do governo, e às vezes

uma pessoa morre lá, deputado Edmir, porque não teve ligação do CROSS com o hospital do município.

Não sei se o senhor vai ter isso na cabeça agora, obviamente que talvez seja um dado técnico, mas como funciona esse contrato da Secretaria de Estado com essa OSS que rege o CROSS, com relação à regulação das vagas, onde temos um hospital municipal ou outra unidade de saúde municipal que não faz parte do Governo do Estado? Eu queria muito entender como é essa operacionalidade entre o CROSS e os outros hospitais que não fazem parte da rede estadual.

O SR. HAINO BURMESTER - Pelo que eu entendo deputado, o que o CROSS faz é uma coordenação das diferentes regulações que existem em diferentes locais do estado. Posso estar sendo simplista aqui na colocação que estou fazendo, mas entendo que o CROSS faz a coordenação das diferentes regulações que existem. Não sei se nesse município que o senhor mencionou...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu falei Santa Fé do Sul hipoteticamente.

O SR. HAINO BURMESTER - Pois é, não sei se em todos os municípios têm serviço de regulação, etcetera. Não saberia dizer se a CROSS está conectada com todos esses serviços. A regulação, em tese, é um esforço. Mesmo que o município não esteja conectado ao CROSS, entendo que uma secretaria municipal, um prefeito teria todo o interesse em ter lá no município alguma forma de orientar as internações, se esse município tiver mais de um hospital que atue junto com a prefeitura. Então o conselho de regulação é mais ou menos inerente a qualquer sistema pequeno ou grande.

O que o CROSS faz, pelo que entendo, é tentar coordenar essas diferentes regulações que existem no estado, com diferentes estruturas - algumas mais sofisticadas, outras menos.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Quando é feito o contrato, a renovação ou licitação - não sei como funciona, vou precisar entender um pouco sobre esse caso específico do CROSS -, quais os critérios usados? O senhor fiscaliza esses contratos de certa forma, porque está ali no conselho. Quando pega o contrato do CROSS, o senhor olha de mesma forma que o contrato, digamos, do Hospital de Base

de Diadema, ou do Hospital de Pirajuçara? Que passou hoje na Rede Globo, que é regido pela SPDM, uma grande OSS que está deixando a desejar, pelo que as reportagens estão nos mostrando. O senhor analisa o contrato do CROSS da mesma forma que analisa o da SPDM, por exemplo?

O SR. HAINO BURMESTER - Ele é incluído no relatório da mesma forma.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E como o senhor faz a cobrança? Ou seja, a fiscalização disso, se o CROSS está cumprindo seu compromisso com aquilo que é regido no contrato?

O SR. HAINO BURMESTER - No contrato há uma série de indicadores negociados na hora da assinatura do contrato.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - E como que faz essa ligação do CROSS e da secretaria, para saber se o CROSS está cumprindo? Porque temos aqui os últimos anos, e o Dr. David Uip, um grande e fantástico secretário da Saúde, até que nos prove o contrário. Eu sempre observei a preocupação dele em fazer o melhor para a população do estado de São Paulo, investir melhor. Eu queria entender como é. O senhor me desculpe, mas as reclamações chegam muito da regulação de vagas. Essa interação da Secretaria da Saúde para saber se o CROSS está cumprindo as metas, é feita pelo setor do senhor? Por quem é feito isso?

O SR. HAINO BURMESTER - É feita primeiro pela coordenadoria de gestão dos serviços de OSS, que como mencionei anteriormente, tem uma reunião trimestral com todas as OSS. Por isso falei que são mais de cem contratos, e eles são analisados pela coordenadoria, responsável pela execução do contrato. Eles sentam com todas as OSS em reuniões que - eu nunca participei de nenhuma, mas segunda a Dra. Eliana e o pessoal da coordenadoria nos informam - demoram mais de uma hora para discutir o que aconteceu naquela OSS durante o trimestre. Em função dessa reunião e das outras mais de cem que acontecem, é elaborado um relatório, que é encaminhado para a comissão.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Certamente, Dr. Haino, na ouvidoria da Secretaria da Saúde, o senhor deve receber inúmeras reclamações, até porque a nossa saúde no Brasil é um caos - principalmente quando depende do governo federal. O Estado de São Paulo ainda está no ranking dos melhores, mas mesmo assim certamente o senhor recebe na ouvidoria da secretaria, muita reclamação com relação à regulação de vagas. Nós recebemos aqui no gabinete.

Eu quando presidente da Comissão de Saúde, recebi inúmeras, muitas reclamações de pessoas que estavam na fila há três anos para fazer uma cirurgia no bendito CROSS, que não arruma vaga, e principalmente quando alguém já está passando da minha idade e do senhor. Aí fica mais para o fim da fila mesmo. É lamentável com a nossa população isso. Então queria muito entender como é feita essa cobrança da Secretaria da Saúde, e por isso estou lhe perguntando. Quero saber por quanto tempo essa última OSS está regendo o CROSS, e como realmente é feita a cobrança da Secretaria da Saúde com relação àquilo que recebe na ouvidoria da secretaria, nas reclamações. Se isso é repassado para o CROSS, de que forma eles estão sanando esses problemas, e se são sanados, porque devido ao que recebemos aqui, entendemos que muita coisa não é sanada.

Hoje mesmo pegamos um caso aqui da região de Campinas, que é lamentável. Depois vamos tratar desse caso. Então gostaria muito de entender um pouco desse tempo de contrato do CROSS, quanto é esse contrato do CROSS com a OSS e a há quanto tempo eles estão lá. Se o senhor tiver essa informação, que passasse para a comissão. É uma das coisas que devem fazer parte do nosso relatório do CROSS para indicar ao nosso relator Cássio Navarro. Muito obrigado por enquanto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado, nobre deputado.

O SR. HAINO BURMESTER - Todos os contratos estão no site da secretaria, disponíveis.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Isso o presidente do Tribunal de Contas disse aqui, inclusive com palavras dele, que vão em contradição com os relatórios que temos. E às vezes se fala em relatórios do senhor. É isso que temos que dar uma pesada depois.

O SR. HAINO BURMESTER - Tudo bem, acho que casos específicos devem ser analisados, e analisaremos assim que o senhor nos passar essa informação. Lhe daremos o retorno devido, sem dúvida nenhuma.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Carlos Neder?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Sr. Presidente, os deputados Wellington Moura e Cezinha abordaram um aspecto que eu acho que é o mais relevante de todos, que é o fato da Lei 846/1998, com alterações sucessivas, pensado uma comissão de acompanhamento e avaliação da execução dos contratos de gestão. Na prática, não aborda a questão principal, que é exatamente o fato de que os contratos vão sendo firmados, é dada alguma publicidade a eles no portal da secretaria. Entretanto, quem analisa esses contratos é a coordenadoria, que até recentemente era com a Dra. Eliana à frente, e agora é o advogado Danilo Druzian Otto, que já fazia parte da equipe dela. Então quem entrou no lugar da Dra. Eliana é um advogado que já compunha a equipe com ela.

Portanto, não há que dizer que ele está agora tomando conhecimento do problema, uma vez que ele já compunha a equipe. E a questão levantada aqui é o seguinte. Ora, essa coordenadoria produz o relatório analisado depois lá na comissão de avaliação dos contratos de gestão. Claro que essa coordenadoria tem acesso aos contratos, tem condições de responder as questões levantadas aqui pelo deputado Cezinha de Madureira. Se afinal de contas, os contratos foram efetivamente observados ou não em suas cláusulas, e havendo problema, se houve estorno de valores para a Secretaria de Estado da Saúde. Entretanto, o relatório que vai para a comissão de avaliação não adentra a essas questões. Então você tem uma dicotomia.

Você tem na Secretaria de Estado da Saúde uma coordenadoria que analisa os contratos de gestão, em tese, e daí a necessidade de ouvirmos o Sr. Danilo. E a Comissão de avaliação, que tem participação da Assembleia, analisa parâmetros técnico-assistenciais, se eventualmente as metas forem atingidas ou não. Inclusive com a participação das próprias OSS compondo essa comissão de avaliação dos seus contratos. Como foi dito aqui pelo Dr. Haino, uma parte dos membros dessa Comissão é

formada por representantes das próprias OSS, que participam conosco dessa reunião de avaliação.

Então eu gostaria de propor a V. Exa., presidente Edmir Chedid, primeiro que o Dr. Haino nos ofereça os relatórios anuais disponíveis. Segundo, que nos envie a informação das 46 entidades, quantas são efetivamente partícipes de contratos de gestão e para cada uma das áreas que estão sendo analisadas aqui pelos deputados. Terceiro, nós precisamos saber, nessa matéria divulgada hoje sobre o Hospital de Pirajuçara, o que ele sabe sobre essa empresa quarteirizada, entre outras tantas que já foram trazidas aqui.

A Pedcare Serviços Pediátricos Sociedade Simples. Apesar de ser uma sociedade simples, ela tem 32 sócios. Aliás, isso é uma prática que estamos ouvindo e observando em outras empresas quarteirizadas. Elas têm 20, 30, 40 sócios, que presta serviço à OSS contratada pelo poder público. Então pergunto se o Dr. Haino poderia nos encaminhar depois informações, se é que ele tem acesso a isso, sobre essa empresa Pedcare Serviços Pediátricos Sociedade Simples. Eu proponho a V. Exa., na condição de presidente, que chame aqui o advogado que sucedeu a Dra. Eliana Radesca, o Sr. Danilo Druzian Otto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Barros Munhoz.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Apenas para um esclarecimento. O caríssimo colega e grande deputado Carlos Neder está confundido novamente os Danilos. São dois. O Danilo a que ele se refere é um que fazia parte, não sei se faz ainda, da comissão. O Danilo que entrou no lugar da Dra. Eliana é outro.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Era daqui, excelência?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Provavelmente, porque ele trabalhou com o deputado Caio França. Então são dois Danilos.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Nós sabemos o nome completo do verdadeiro Danilo?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso saber rapidamente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas sem problemas, nós fazemos...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Mas o Danilo que de fato assumiu, então estava na Assembleia? É isso?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não sei onde exatamente...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Então eu vou levantar o nome e o currículo correto, mas isso não invalida a proposta de trazermos aqui o Sr. Danilo Druzian, para entendermos qual é o procedimento adotado na coordenadoria.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O Danilo que já era da comissão?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Exato.

O SR. HAINO BURMESTER - O nome está correto, só o fato dele já pertencer à coordenadoria que eu acho que não está correto. Ou seja, o nome que o senhor usou é da pessoa que está como coordenador. Só que ele não era da coordenadoria, anteriormente.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O Danilo Druzian Otto não fazia parte, estava aqui na Assembleia. Vamos saber exatamente em qual função. E o Danilo que estava lá, precisamos ver direitinho o nome, porque precisamos de alguém de dentro dessa coordenadoria que nos informe sobre o fluxo de informações, e como esses contratos são analisados. Porque é fato que lá na comissão nós analisamos papeis, mas não os mais relevantes.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Cássio Navarro havia solicitado sua inscrição.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - Muito obrigado, presidente. Dr. Haino, satisfação tê-lo aqui conosco nessa CPI. Confesso que tudo que foi dito aqui pelos nobres colegas deputados, é uma realidade que passamos no dia a dia que frequentamos as unidades de saúde dos municípios. E também a reclamação que recebemos junto aos gabinetes do sistema CROSS - eu sou bastante crítico até, mas penso que tem suas qualidades também. Estava reparando e dando uma lida nos relatórios do Tribunal de Contas, e me chamou a atenção um tema aqui.

O senhor é coordenador de recursos humanos da Secretaria de Estado da Saúde. Sendo de recursos humanos, me chama a atenção que um dos apontamentos do Tribunal fala sobre a insuficiência de profissionais nas unidades de saúde. E também nas fraudes que existem nas folhas de ponto. Quais medidas vêm sendo tomadas para que isso diminua e não ocorra?

O SR. HAINO BURMESTER - Não sei se é a esse relatório que você está se referindo, mas ainda não tinha conhecimento dele. Agora que o deputado Neder me passou uma cópia. Com relação à questão do ponto, posso até dizer, porque saí da secretaria, deixei meio caminho uma reunião de uma comissão de auditoria dos pontos. Nós estamos analisando todos os pontos de todos os funcionários da secretaria. Foi a primeira reunião que nós fizemos, uma comissão recente indicada pelo secretário. Não foi a primeira reunião, mas a primeira para analisarmos efetivamente o registro dos pontos dos funcionários. Eu acho que a resposta da secretaria para essa sua inquietação foi no sentido de criar uma comissão que analise.

Nós temos condições. Hoje mesmo quando saí de lá, estávamos praticamente com todas as unidades - ainda não todas, porque há toda uma logística para que cabe unidade consiga cumprir os requerimentos da comissão, mas grande parte - já auditadas por essa comissão. Eu saí no meio da reunião para vir aqui.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - Perfeito. O presidente Edmir Chedid lembra bem que já estivemos aqui discutindo, à época inclusive do secretário Barradas ainda, sobre a questão de pontos. Me chamou a atenção também que o tribunal aponta a falta de transparência na questão dos plantões. O que está sendo feito quanto a isso, doutor?

O SR. HAINO BURMESTER - Não sei se o senhor está falando com relação aos plantões das OSS, ou...?

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - Plantões das unidades de administração públicas.

O SR. HAINO BURMESTER - A resposta que posso dar ao senhor é a criação dessa comissão de auditoria. O nome não é esse, mas em outras palavras, é isso que ela vai fazer. É a auditoria de pontos de todas as unidades, plantões ou não.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - É que penso que se tivesse a transparência, não teria hoje a necessidade de fazer uma auditoria do que já foi. Teria um acompanhamento já dos próprios usuários para que pudessem garantir.

O SR. HAINO BURMESTER - Mas o acompanhamento é feito, deputado. Quando entrei na coordenadoria, conseguimos colocar o registro de ponto eletrônico, isso melhorou muito essa questão. Acho que o acompanhamento desse registro é bem melhor hoje do que já foi no passado - o senhor mencionou o secretário Barradas, que também tinha uma preocupação com isso. Acho que são diferentes passos que estamos dando no sentido de aprimorar esse sistema. A comissão que está auditando o ponto já é um passo adicional ao controle eletrônico. Porque nós só podemos fazer essa auditoria eletrônica também, em função da existência da marcação eletrônica do ponto. E ali estão inclusos os servidores com horário normal, e também os servidores com plantões.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PSDB - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado. Dr. Haino, vou entregar às mãos de V. Exa., conforme solicitou o nobre deputado Carlos Neder, um parecer da procuradoria da Assembleia Legislativa, datada de dois de abril de 2018, que fala sobre a participação dos deputados nesses conselhos, em função da legislação eleitoral, para que o senhor tome conhecimento, e dê conhecimento à secretaria.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Até porque é uma preocupação do deputado Carlos Neder, que fez no prazo e não sabemos se a secretaria o desincompatibilizou ou não. Claro que ele está cercado dos seus direitos, mas é importante a secretaria saber. Pois não, nobre deputado Cezinha?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Muito obrigado, deputado Edmir. Só para acusar a presença, antes de fazer a última pergunta ao Dr. Haino, do nobre vereador Tony Hill, grande locutor de emissora de rádio ali da nossa linda Franca. Tem feito um mandato brilhante ali, e também na área da saúde nos trazido várias demandas da região. O senhor é muito bem-vindo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado pela sua presença, vamos registrar. Por favor, dê um abraço no nosso ex-colega Gilson de Souza, prefeito da cidade.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Dr. Haino, quem é o gestor do CROSS hoje?

O SR. HAINO BURMESTER - Eu não saberia dizer, não tenho o nome dele. Pelo que entendo, é uma organização social que hoje está contratada. O Seconci, se não me engano.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Então deve ser o presidente do Seconci...

O SR. HAINO BURMESTER - Não necessariamente.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O presidente do Tribunal de Contas, sentado aqui onde o senhor está... Vou lhe fazer essa pergunta, até porque o senhor é um grande professor, e tem um currículo maravilhoso e brilhante.

O SR. HAINO BURMESTER - Muito obrigado. Não sei se é brilhante, mas...

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Eu li o currículo de V. Exa., e o senhor é fantástico. Em 12 de junho de 2017 o senhor enviou o relatório à Comissão de Saúde, autenticando aqui a regularidade na aprovação do relatório trimestral de alguns contratos. Dia 16 de setembro de 2016, 11 de novembro de 2016, 17 de março de 2017 e 19 de maio de 2017. Certamente o relatório é feito pela assessoria, pelos dados que têm, e vai à sua mesa para o senhor assinar. Pelo menos no nosso gabinete, a assessoria faz o trabalho, vemos se está correto, e assinamos. Obviamente o senhor olhou esse relatório antes de assinar né?

O SR. HAINO BURMESTER - Sim, claro.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Porque mediante a sua assinatura de regularidade, o presidente do Tribunal de Contas disse aqui que há irregularidades. Então eu gostaria que depois fizesse uma comparação ao que o presidente do Tribunal de Contas se referiu, e também fizesse uma comparação de onde está essa irregularidade que o tribunal acusou aqui nesta CPI. Muito obrigado.

O SR. HAINO BURMESTER - Veja deputado, em nenhum momento a comissão e nem os membros aqui presentes reivindicaram infalibilidade. Nós podemos ter cometido erros, alguns são corrigidos, o deputado Neder sempre me ajuda muito, outros membros da Comissão também, e vamos fazendo as correções ao longo do tempo. Vamos ver especificamente qual é essa discrepância que existe e o senhor está colocando entre o relatório do Tribunal de Contas e o nosso. E vamos tentar esclarecer.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Para que dê autenticidade ao currículo de Vossa Excelência.

O SR. HAINO BURMESTER - Tranquilamente.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Inclusive quero lhe fazer um apelo aqui, Sr. Presidente. Nós somos representantes do povo, centenas e milhares de pessoas nos colocam aqui. E às vezes tem perguntas que não conseguimos identificar da forma que a pessoa gostaria que fizesse. Mas quero lhe fazer um clamor aqui. Tem pessoas na fila de exames e cirurgias, morrendo por favor de atendimento. Aperte esse

CROSS para arrumar vaga. E vira e volta nós vemos matérias de jornais, televisões, rádios, acusando os hospitais regidos por OSS, mostrando em vídeo.

Às vezes até mostrando - e não estou dando nomes aqui e no momento oportuno levantarei a questão - médicos que colocaram seu ponto lá e não estavam trabalhando. É óbvio que o senhor está na secretaria, nós estamos aqui, e não temos um olho lá conseguindo ver o que acontece. É difícil às vezes. Mas se a partir de onde sai... Minha avó dizia, “meu filho, quando você criar o seu filho quando nascer, se quiser colocar ele na linha, mexa no bolso”. Esses portadores de contratos que usam o dinheiro público, se eles forem apertados, com certeza chegam lá na ponta o cuidado para com nossa população. Tem gente morrendo na fila, esperando um atendimento. E nós temos aqui casos de pessoas que estão há três anos esperando na fila para serem atendidas.

E a culpa talvez não seja minha e do senhor não. É lá do CROSS. Aí eu trago a culpa se não fiscalizarmos. É o que estamos fazendo aqui agora, fazendo um clamor ao senhor. Aperte esse CROSS para que cuide um pouco mais e com seriedade, da saúde do nosso povo. Muito obrigado.

O SR. HAINO BURMESTER - Só queria colocar, e acho que foi colocado anteriormente também, não me lembro bem por qual dos membros, que a coordenadoria de gestão multa - e os membros das comissões são testemunhas disso. Nos relatórios há relatos de várias multas aplicadas às organizações sociais, quando não cumprem algum item do contrato. Isso é praticado pela coordenadoria de gestão dos serviços das OSS. As organizações são multadas, quando por alguma razão não cumprem com os indicadores exigidos pelo contrato. Isso acontece regularmente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Vou fazer alguns questionamentos. Obrigado pela sua presença. Vou encaminhar a V. Exa. primeiro, e solicitar mais uma vez a sua intervenção.

Essa CPI, no dia dois, solicitou o encaminhamento de um ofício à secretaria, pedindo várias documentações, que o deputado Carlos Neder nos colocou. Os contratos, as atas de reuniões, foram encaminhados dois ofícios pela Comissão, e a secretaria recebeu no dia três de maio, no dia seguinte. E até agora não nos respondeu. Hoje é dia 16. Veja como é. Um ofício de uma CPI que chega lá e não vem a resposta. E ainda temos que acreditar, nobre deputado Carlos Neder, que há uma fiscalização efetiva nesses contratos. Mas eu vou passar às mãos de V. Exa., Dr. Haino, para que você possa

agilizar a vinda dessa documentação para essa Casa de Leis, para que os deputados possam trabalhar.

O SR. HAINO BURMESTER - Se o senhor em permite, um dos itens aqui, a questão das atas das reuniões, elas foram encaminhadas. Nós tínhamos dois blocos de atas, um de 2016 e um de 2017, que tinham sido solicitados. Para agilizar, acabamos encaminhando um desses blocos com as atas assinadas. Porque às vezes as assinaturas são feitas nas reuniões posteriores, e nem sempre todos estão presentes. Então faltavam algumas assinaturas, e pretendíamos mandar só o texto da ata em si, com os votos dos diferentes membros. Mas isso foi sugerido a nós que não fizéssemos, e que encaminhássemos todos com assinaturas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas pode encaminhar sem assinatura mesmo, não tem problema. Nós queremos ter conhecimento, e assim tem agilidade. Nós temos um prazo aqui.

O SR. HAINO BURMESTER - O gabinete achou que seria deselegante encaminhar...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor me desculpe, mas não é deselegante não. A minha interpretação é o seguinte, se tem uma reunião e a pessoa não está lá para assinar a ata, então ela não esteve na reunião. Ela vai assinar a ata depois de três meses da reunião? O senhor me desculpe, mas é interpretação minha, cada um tem a sua interpretação. A CPI vai avaliar. Encaminhe para nós essas atas, por gentileza, para que possamos trabalhar.

Estava verificando aqui. Uma vez ouvi de um médico e fiquei tão entristecido. Acho que a maioria dos médicos não compartilham disso. Disse que as prefeituras e o Estado fazem de conta que os paga, e eles fazem de conta que trabalham pelo que recebem. É triste ouvirmos isso, é uma coisa absurda. Ninguém é obrigado a trabalhar num lugar onde é mal remunerado, até porque tem tanto ligar para trabalhar hoje, principalmente para os médicos. Não é como os 14 milhões de desempregados que temos no país. Mas vou solicitar ao senhor, e sei que você vai contribuir conosco, porque tem sido solícito a tudo que a CPI vem pedindo de informações. Nós queremos um organograma de como é feita essa fiscalização nos contratos.

Estou sentindo aqui que eu sou o Estado, o senhor é o médico, eu sou médico, o senhor é o Estado. E da mesma forma como veio a Dra. Eliana aqui, não estamos entendendo nada do que acontece. Parece que está tudo bem, tudo em ordem, tudo bonito. E não conseguimos entender como é feita essa fiscalização. É que talvez o senhor tenha uma bagagem tão grande, um currículo, como diz o deputado Cezinha de Madureira, exemplo para o país, e esteja acostumado no dia a dia a fazer aquilo. Nós não estamos habituados. A nossa função aqui é crítica, é de levantar, porque recebemos reclamações da população todos os dias.

Por exemplo, o senhor estava falando aqui no telefone. Tem um senhor de 95 anos que sofreu queimaduras em 90% do corpo. Em Bragança Paulista, no hospital universitário, ele está há três dias no sistema do CROSS e ninguém encaminha ele para lugar algum. O Estatuto do Idoso não fala nada, o CROSS não fala. Eu costumo entender o seguinte, as pessoas quando ficam vendo sempre o mesmo problema, isso fica menor a cada dia que você vê a reincidência daquilo. Não falta uma oxigenação? Não sei o que falta. Mas vamos pedir um organograma, se o senhor puder nos ajudar nisso, para saber quem faz essa fiscalização realmente.

Eu já participei dessas comissões de acompanhamento, fiscalização pela Comissão de Transportes. Deputado Carlos Neder, sabe o que é aquilo para mim? O senhor vai me desculpar, não sei como é na saúde, mas na Artesp, sabe como é? Um cineminha, mais nada do que isso. Passa um negocinho, fala o que fez e não fez, o que pretende fazer. Viu deputado Barros Munhoz, nós que estamos aqui há mais tempo e sentimentos com os outros deputados, o que o povo reclama. O senhor é um deputado vibrante. Nós não aguentamos essas coisas.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem. Por isso que eu nunca participei dessas comissões.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu vou dizer para o senhor, é uma coisa absurda. Eu não sei se essas aqui da Secretaria da Saúde são do mesmo jeito, mas as que vi lá até agora são irritantes. Mas agradeço mais uma vez pelo senhor estar aqui. Na última semana nós ouvimos aqui o Sr. Mauri Bezerra, representando o Conselho Estadual de Saúde. Ele se faz presente aqui, como em todas as sessões, apareceu na televisão, estava bonito, dando entrevista, camisa nova, apareceu na Globo. Brincadeiras à parte, ele relatou que servidores da secretaria que participam do quadro

de organizações sociais são proprietários dessas empresas contratadas pelas OSS, chamadas de quarteirizações.

O senhor tem conhecimento sobre essa situação? Porque o senhor é o chefe do RH lá, alguma coisa assim. Eu não entendo muito de como funcionam essas coisas. Mas é isso? O senhor tem conhecimento? Alguém na secretaria tem conhecimento disso?

O SR. HAINO BURMESTER - Tomei conhecimento agora, com a colocação do deputado Neder. Acho que o Mauri também faz parte da comissão, não sei se ele tinha essa informação anteriormente e não trouxe na comissão, poderia ter levado lá. Mas isso não importa, nós vamos trazer as explicações pertinentes para esse levantamento.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Pela ordem, presidente. Para nós importa sim. Para mim pelo menos importa, saber o mais rápido possível.

O SR. HAINO BURMESTER - Não, a resposta nós vamos encaminhar. O que estou dizendo é que não importa saber se o membro da comissão falou ou deixou de falar na comissão. Não gostaria que o senhor interpretasse mal. A resposta nós vamos encaminhar, é isso que eu falei.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E o senhor sabe se foram abertos, em algum momento dessa denúncia ou de outras, algum processo disciplinar para apurar casos como esse na secretaria?

O SR. HAINO BURMESTER - No âmbito das organizações sociais?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Aí vem uma dúvida que também nos faz questioná-lo mais uma vez. O senhor cuida do RH das OSS...?

O SR. HAINO BURMESTER - Não.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Da secretaria, ou de ambas? Eu não estou entendendo. Desculpa, nós precisamos entender as coisas aqui. O trabalho da CPI nem começou ainda, aqui está todo mundo querendo entender como funciona.

O SR. HAINO BURMESTER - A secretária é estruturada em coordenadorias. Existe uma coordenadoria de recursos humanos, pela qual estou respondendo nesse momento. Não cabe aqui, talvez explicar, por menores, de como ela funciona. Mas enfim, em linhas gerais posso dizer que a coordenadoria não tem ascendência. Ou seja, cada unidade da secretaria tem também o seu departamento de recursos humanos. O nosso papel é de coordenação. Nós temos algumas funções específicas, mas não temos ingerência na unidade. Eu não tenho nenhuma autoridade para, de repente, adotar nenhuma medida específica dentro da unidade.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Quem tem?

O SR. HAINO BURMESTER - O diretor da unidade, basicamente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor sabe quantas unidades são?

O SR. HAINO BURMESTER - Só nas OSS são mais de cem, depois tem as diretas também.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor chama de unidade, um hospital?

O SR. HAINO BURMESTER - Um hospital, por exemplo, é uma unidade. Um ambulatório é outra unidade.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então essa administração é descentralizada?

O SR. HAINO BURMESTER - É descentralizada essa administração. Esse é o meu papel como coordenador de recursos humanos. Agora, não é ex officio a indicação do coordenador de recursos humanos, para coordenar a comissão de fiscalização das organizações sociais. Isso foi uma decisão do secretário Giovanni Cerri à época, e não sei qual foi a motivação dele. Ele me indicou, sou um servidor público e cumpro a obrigação. O Dr. Giovanni saiu da secretaria e entrou o Dr. David Uip, que me pediu

para continuar. O Dr. Marco Antônio Zago entrou agora na secretaria e me pediu para continuar. E eu continuo.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Obrigado pelas informações. O senhor tem notícias de que essa quarteirização poderia beneficiar empresas proibidas de contratar com o poder público?

O SR. HAINO BURMESTER - Não tenho a informação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Essa fiscalização dos contratos, no que diz respeito à quarteirização de atividade fim, é fiscalizada pela secretaria? Ou o contrato e a relação dela é só com a OSS, e o Estado não se interessa em saber se é quarteirizado ou não?

O SR. HAINO BURMESTER - Volto a colocar, a coordenadoria de gestão das OSS - outra coordenadoria em que trabalho - tem uma reunião trimestral com todas as organizações que operam as OSS. São mais de cem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Que leva uma hora e meia, mais ou menos.

O SR. HAINO BURMESTER - Pelo menos. E nessa reunião, eventualmente essas denúncias seriam analisadas, no meu entendimento. Mas eu não participo, e nem a comissão participa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mas o senhor vai nos ajudando a formar um quadro. E o senhor tem conhecimento desses contratos das OSS com o Estado? Esses contratos incluem ou incluíam remuneração dos representantes que atuam como uma espécie de relações institucionais perante as entidades e outros órgãos públicos?

O SR. HAINO BURMESTER - Não, não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor tem conhecimento se a OSS Pró-Saúde tem contrato com o Governo do Estado? Parece que ela tem 16 mil funcionários.

O SR. HAINO BURMESTER - De novo deputado, não gostaria de fazer uma afirmação definitiva, porque não me lembro. Mas volto a insistir, isso está no portal da secretaria, todos os contratos, as ratificações. Tudo isso está transparente no portal da secretaria.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Vou dizer de novo, o senhor vai ler o relatório do Tribunal de Contas e não é o que o tribunal fala. Tem que dar uma... A nossa função aqui não é prender, nada disso. O intuito desta CPI é acho que de todos os colegas aqui é o seguinte, é modificar a legislação, e ver onde tem pontos falhos, o que podemos aprimorar. Nós votamos essa lei das OSS há cerca de 20 anos, e nesse tempo mudou muita coisa. Precisamos aprimorar, afinar essa fiscalização, ver como funciona. Então peço ao senhor, depois de mais umas duas ou três perguntas, que também nos encaminhe tudo que o senhor acha que deveria ser modificado, até em termos de legislação.

“Vamos fazer um ato e a partir de agora será fiscalizado assim”. Se tiver uma legislação pertinente, é muito melhor. É uma obrigação. Então se o senhor também puder nos encaminhar, pelo conhecimento e bagagem que o senhor tem, pelo seu dia a dia na secretaria, que não deve ser fácil. Entendemos isso. Mas se puder colaborar conosco, ficaríamos muito agradecidos.

O SR. HAINO BURMESTER - Farei, até porque como cidadão eu ajudei a colocá-los aqui. Então é isso que eu espero.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito obrigado. A Lei Complementar 846/1998, a que me referi agora, que acabei votando e teve uma grande discussão, foi uma guerra nessa Casa, prevê a desqualificação da entidade como organização social, quando verificado o descumprimento das exposições contidas no contrato de gestão. O Governo do Estado aplicou alguma vez essa sanção? Tem precedente de entidades que perderam a qualificação de organizações sociais, ou que ficaram proibidas de contratar com o Governo do Estado?

O SR. HAINO BURMESTER - A mais recente que eu me lembro é a Santa Casa, que operava um hospital em Guarulhos, um ambulatório também, e foi desqualificada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Há outros casos?

O SR. HAINO BURMESTER - Agora não consigo lembrar, mas esse é o mais recente, se não me engano.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Dr. Haino, desculpe. Mas nesse caso, segundo informações recebidas, a OSS foi desqualificada porque jamais deveria ter sido qualificada por não atender os requisitos. Qual foi a razão para que ela tenha sido desqualificada como OSS?

O SR. HAINO BURMESTER - Eu não tenho conhecimento dessa colocação que o senhor fez, de que ela já não teria condições de operar como OSS. Eu acho que o contrato foi feito, e estava tudo colocado. A desqualificação da Santa Casa veio, e não sei exatamente em que momento, mas quando surgiu a crise da Santa Casa, e houve o fechamento do ambulatório. Ali houve uma auditoria que a secretaria fez, e não sei exatamente, não tenho acesso a essa auditoria. Mas houve, imagino eu, como consequência dessas ações que a secretaria tomou, a decisão de desqualificá-la. Mas não tenho acesso a essas informações oficiais para poder garantir ao senhor isso. Mas posso dizer que ela surge....

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem. Você poderia repetir? Eu não entendi. Coube ao senhor o ato da desqualificação?

O SR. HAINO BURMESTER - Não, não é minha função. Quem assina os contratos de gestão é o secretário.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - E o ato de desqualificação também?

O SR. HAINO BURMESTER - Seria também pelo secretário.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Esses documentos que os senhores assinam, é essa comissão que se reúne trimestralmente que faz a avaliação, um relatório, e depois esse grupo de pessoas que o senhor coordena ratifica a fiscalização?

O SR. HAINO BURMESTER - A coordenadoria de gestão das OSS.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Que era a outra senhora. Entendi.

O SR. HAINO BURMESTER - O próprio deputado destacou. E nesses relatórios constam várias punições dadas a diferentes OSS, que naquele trimestre ou no semestre não tenham cumprido alguns itens do contrato, ou alcançado alguns dos indicadores, que são os parâmetros que medem a ação dessas OSS. Ou eles são advertidos ou multados, ou entendo que o momento maior é a desqualificação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor falou que já existe na secretaria, que o senhor conseguiu avançar muito colocando ponto eletrônico. Todas as unidades com servidores públicos de suas áreas em termo de recursos humanos, já têm o ponto eletrônico? Ainda falta muito? Qual o percentual de implantação disso até agora, excelência?

O SR. HAINO BURMESTER - Todos têm. Pode ser que alguém venha aqui e diga que de repente em algum lugar o relógio não funciona, etcetera. Mas todas as unidades têm. E nós vamos ter um reforço nessa colocação minha, agora com essa comissão de auditoria do registro do ponto, em que vamos conseguir detalhar mais esse acompanhamento.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só tenho mais uma pergunta para encerrar. Pode ser, deputado Carlos Neder? Dr. Haino, o CROSS. O senhor é um homem que conhece de saúde, professor. Quero registrar a presença do nobre deputado Marco Vinholi, líder do PSDB. Mas voltando aqui, qual é o problema do CROSS? Falamos que ele é um problema, mas na verdade é um facilitador. É falta de vaga, de gente para trabalhar lá, de vagas nos hospitais? O que é que acontece, que

há uma reclamação tão grande? Na opinião do senhor, o que poderia ser feito para melhorar?

O SR. HAINO BURMESTER - Veja, deputado, foi colocado aqui da auditoria da secretaria, acho que pelo deputado Cezinha. A mim nunca chegou nenhuma colocação da auditoria da secretaria relacionada a essa questão do CROSS. Não estou dizendo que elas não existem, mas não chegaram a mim.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Da ouvidoria, na verdade.

O SR. HAINO BURMESTER - Sim, não chegou a mim, porque a ouvidoria teria encaminhado a mim possivelmente, ou de repente optou por não encaminhar. Não sei, não posso julgar aqui a ação.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Da mesma forma que recebemos inúmeras reclamações, recebemos, por exemplo... Ontem uma pessoa de Fernandópolis me falou, “Cezinha, eu tinha plano de saúde, mas ali em Votuporanga e Fernandópolis, o atendimento que eu tenho na saúde pública está sendo melhor do que o que eu tinha no plano de saúde”. Recebemos também coisas positivas. Eu fiquei surpreso, e até anotei algumas questões para parabenizar, e dar uma olhada se é isso mesmo. Ficamos felizes quando recebemos uma informação de bom atendimento. Mas 99% dessas informações são negativas.

Então acredito que é até de grande valia o senhor dar uma verificada na ouvidoria, se não chega reclamação. Porque com certeza deve chegar muitas reclamações, principalmente na regulação de vagas, que talvez não seja culpa do secretário, que fez um trabalho tão bonito no Estado de São Paulo. Ele é sempre muito responsável pelo que fez. Mas a regulação vem deixando a desejar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Carlos Neder, e depois temos inscritos os deputados Barros Munhoz e Marco Vinholi.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - O Dr. Haino é coordenador de recursos humanos da secretaria. E observamos que essa lógica de delegar a gestão para as organizações sociais que fazem gestão privada com recursos públicos, provoca uma certa dicotomia na organização da secretaria. Então você tem uma parte da secretaria que olha para a organização social e espera que ela cumpra com as atribuições que lhe foram delegadas, e uma parte que cuida da estrutura da própria secretaria. Mas em alguns momentos isso se mistura.

Por exemplo. Esses contratos que estamos tendo acesso, num deles, há 32 sócios, dos quais nove são funcionários públicos da Secretaria de Estado da Saúde. Portanto, diretamente sob a gestão do Dr. Haino, na condição de coordenador de recursos humanos da secretaria. Pergunto ao Dr. Haino se a legislação permite que funcionários públicos, por diferentes modalidades de contrato, podem atuar em empresas que prestam serviços ao próprio poder público.

O SR. HAINO BURMESTER - Salvo engano, não podem.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Certamente não podem. Então me pergunto, mesmo na coordenadoria que cuida dos recursos humanos da secretaria, ela não foi capaz - ao que tudo indica - de perceber que há um mecanismo de burla, em que esses profissionais criam empresas ou se associam a elas, ou escondem seu vínculo com essas empresas. Coisa que já vimos aqui na capital por ocasião do PAS, com a criação de falsas cooperativas médicas e trabalhadores, que envolviam funcionários públicos que auferiam lucro, ganhos indevidos fazendo parte dessas empresas.

Então presidente, eu acho que precisaríamos fazer um pente fino nesses contratos, porque o Sr. Mauri trouxe aqui apenas uma pequena amostragem. Mas nós poderíamos trabalhar com um universo maior, desde que a secretaria nos ofereça esse tipo de informação. E quero lembrar que na presença do presidente do Tribunal de Contas do Estado, ele nos disse que tinha baixado uma normativa para que as organizações sociais se tornassem transparentes e públicos, documentos relacionados as suas prestações de contas. Eu propus a ele, que concordou e disse que ia baixar essa normativa também para a Secretaria de Estado da Saúde, para que o portal da secretaria passasse a dar publicidade a esses dados.

E até agora não recebemos nenhum ato do presidente, similar àquele que ele nos trouxe em relação às OSS, para que a Secretaria de Estado da Saúde faça o mesmo. Ele

inclusive disse que fez várias reuniões com a SES para tentar convencer a secretaria, de que ela precisaria ter um controle mais rigoroso sobre a atuação dessas OSS, que estão ficando com recursos extremamente importantes nos últimos cinco anos, algo em torno de 26 bilhões de reais, conforme dados aqui trazidos. É mais uma questão que o Tribunal de Contas precisaria nos oferecer. Afinal de contas, foi ou não editado uma nova normativa direcionada à Secretaria de Estado da Saúde, para que haja publicidade nessas informações?

Por fim, o presidente do Tribunal de Contas nos informou, e isso consta desse hall, que há sim pagamento de dirigentes das OSS, embora a legislação não permita remuneração. E há sim pagamento de taxa de administração, usando um subterfugio que seria um apoio técnico-administrativo. O senhor tem conhecimento de remuneração de dirigente, sob diferentes formas, e também taxa de administração nas OSS?

O SR. HAINO BURMESTER - Não, deputado. E acho que seria de interesse de todos nós que esse dado fosse especificamente colocado na mesa. E aí a secretaria vai responder. Acho que precisamos discutir em cima de coisas... Não estou dizendo que sua colocação não seja concreta, mas precisamos de nomes. “Foi essa OSS, essa pessoa”. A secretaria não vai se furtar de dar explicações, tenho absoluta certeza e segurança, e adotar as medidas que forem necessárias para prestar contas. Não só a essa Comissão, como para o Tribunal de Contas. A secretaria não ter nenhum interesse em acobertar coisas que sejam...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Eu penso da mesma maneira. Foi exatamente por isso que estamos cobrando do Tribunal de Contas, para cada item elencado nesse relatório, que nos apresente casos concretos.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Muito bem. Nobre deputado Barros Munhoz é o próximo inscrito, e tem a palavra.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Sr. Presidente, caros colegas, pessoal que nos honra com suas presenças. Dr. Haino, o que me espanta, sinceramente... Eu fui prefeito de Itapira em 1977, e o maior problema da minha cidade era a saúde pública, o saneamento básico e a falta de infraestrutura. Eu menciono os três juntos, porque são muito interligados. E eu me dediquei de corpo e alma à saúde pública, como político.

Fui processado inúmeras vezes pelos médicos da minha cidade, porque eles constituíram uma máfia branca e tomaram conta da Santa Casa. E como muitas Santas Casas de São Paulo e do Brasil, essa de Itapira não era nem santa, e muito menos de misericórdia.

Enfim, eu batalhei e batalho, ainda dou palpites na administração de Itapira, até porque tenho a responsabilidade de fazer, porque fui avalista do prefeito que ganhou. É uma luta constante e incessante. É dramático fazer um serviço de saúde funcionar bem em nosso país. E eu acompanhei a luta da criação do SUS, foi uma grande conquista, uma coisa maravilhosa. Eu era chamado de comunista, porque para montar o serviço de saúde de Itapira, eu tive que recorrer a médicos comunistas mesmo, porque os não comunistas não topavam. Ficava naquele sistema de castra. “Preciso de um ortopedista a mais aqui na Santa Casa, quem vai ser?”, “o filho do doutor Fulano de tal...”. “Mas está formado? Começa quando?”, “não, ele está no terceiro ano de Medicina”.

Enfim, eu poderia contar milhares de casos. Estou fazendo essa menção para dizer que apesar de tudo isso, eu tenho um grande orgulho do serviço de saúde do Estado de São Paulo. Ele é cheio de defeitos, mas é infinitamente melhor do que qualquer outro do nosso país. Basta assistir televisão, principalmente para quem é noctívolo como eu, e vê os programas de televisão das madrugadas, os jornais noticiosos. Às vezes começo às cinco da manhã com o Hora Um, e vou terminar depois do Jornal da Globo. É chocante o que acontece no resto do Brasil. O Rio de Janeiro nem se fala. Mas não é só no Rio, mas em todos os estados, a situação é infinitamente pior do que a de São Paulo. Sou um defensor do nosso serviço de saúde.

Tem passado grandes secretários pela secretaria. E para não ficar parecendo que quero bajular o David Uip, o Giovanni Guido Cerri, o Barradas, vou me lembrar de Falzi Carlos. Vou falar do cidadão mais honesto e honrado que conheci na minha vida, político e médico chamado José Francisco Archimedes Lammoglia. Nunca conheci um homem, um médico igual. Morreu na penúria. Morava aqui num quartinho do Hospital Umberto Primo, e num quartinho da Santa Casa de Salto. Enfim, sou um admirador dos servidores da Secretaria da Saúde.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela oportunidade, a Assembleia o homenageou.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Isso, é verdade. Aliás, foi uma homenagem justa feita pelo Rogério Nogueira. Eu fiquei emocionado.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A lei fui eu que fiz, e ele fez a homenagem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Parabéns, é uma homenagem justíssima. Eu tive a honra de ser líder dele, que era do PTB.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Só para complementar. Eu não fiz a lei, fui autor. Quem fez a lei foi a Assembleia.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor me concede um aparte? Mesmo voltando um tempo muito atrás, acho que vale a pena lembrar do trabalho que o Hospital das Clínicas faz. Às vezes você vê lágrima nos olhos. Recentemente homenageamos aqui a diretoria do HC, que faz um papel lindo, atendendo o país, inclusive os cantos e lugares mais longínquos. Vale a pena lembrar, porque isso é fantástico.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Até para não me estender demais, gostaria de dizer que realmente é motivo de muito orgulho, e temos muita gratidão aos dedicados colaboradores. Sabemos do sacrifício deles, com salários totalmente defasados. Vocês vão dizer, “mas afinal, o senhor acha que a coisa está boa?”. Eu acho que está boa. Mas eu tenho um lema na vida, de que em todas as circunstâncias você pode fazer mais e melhor. O que eu percebo, Dr. Haino, é que choca tanta coisa errada acontecendo, e é muito mais do que acontece de positivo, sem dúvida alguma, mas acontece muita coisa errada. E me pasma que nunca tenha chegado ao conhecimento de quem devia ter conhecimento disso.

Então a minha pergunta objetiva é, nunca foi reportado à comissão de avaliação que o senhor coordena, nada disso de que está sendo falado aqui? Que tem funcionários estaduais que fazem parte de OSS? É uma coisa evidentemente ilegal. O senhor como coordenador de recursos humanos da secretaria, e tive a oportunidade de debater consigo quando fui pleitear reajustes para os servidores da saúde, conheço sua

capacidade. Enfim, nunca chegou? O senhor não conhece ninguém? São todos fantasmas vindos do céu? O que me pasma é isso. Ou não há fiscalização e controle?

Yo no creo en brujas, pero que las hay, las hay. Não é possível que aconteça tudo isso. Ou então não acontece nada disso, é tudo mentira. A imprensa está inventando, os depoimentos são falsos. Ou então algo de muito grave precisa ser corrigido, e estamos aqui para isso. Eu entendo a posição dos colegas; eu sou deputado do governo, estou aqui para defender a nossa Secretaria da Saúde, o nosso governo do Márcio França, como do governador Geraldo Alckmin, do José Serra. A criação dos AMEs, por exemplo, foi uma das melhores coisas que já se fez em matéria de saúde pública no Brasil. Não há equipamento de saúde em qualquer lugar do Brasil que tenha 98% de ótimo e bom. Aliás, é raro acontecer um equipamento de saúde com essa avaliação no mundo. Isso não é coisa dos céus, mas que a Secretaria da Saúde, que as OSS fizeram.

Então eu queria uma afirmação mais peremptória do senhor. O que realmente está acontecendo? Estou angustiado. Ou então está tudo uma maravilha, não tem nada a melhorar. A Dra. Eliana estava cansada, certamente porque é são-paulina, não estava contente com a posição do São Paulo, ou então palmeirense. E o mundo está ótimo, ganhe o Bolsonaro, o Lula ou qualquer um. Está tudo muito bem, está tudo ótimo. Não tem problema, não tem pobreza, a saúde está maravilhosa. Por favor doutor, diminua a minha agonia. Me esclareça.

O SR. HAINO BURMESTER - Eu não me lembro de em nenhum momento ter falado que está tudo às mil maravilhas. Acho que se dei essa impressão...

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Não, mas o senhor falou que não conhece nenhuma falha. Ninguém apontou nada? Nem o senhor ouviu nada?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - O senhor falou que a ouvidoria nem reclamação tem.

O SR. HAINO BURMESTER - Não falei que a ouvidoria não tem reclamação, falei que não chegou a mim.

O SR. WELLINGTON MOURA - PRB - Há quantos anos o senhor está à frente dessa coordenadoria?

O SR. HAINO BURMESTER - Há sete anos. Essas colocações que foram feitas aqui do deputado Neder, de que o membro da comissão tem uma denúncia a fazer, nunca foi trazida na comissão. Ou foi, deputado? Não foi trazida. Eu não tenho conhecimento oficial disso.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem. Deputado Neder, nem o senhor fez nenhuma informação lá?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Na verdade, é o seguinte. Elas não foram recebidas anteriormente. A partir do momento em que essa CPI foi instalada e aberto inclusive um e-mail para que as pessoas façam suas denúncias, foi quando começamos a receber documentos. Agora, mesmo que tivéssemos recebido, pelo que entendo, não é essa a competência da comissão de avaliação. Pelo nome, é uma comissão de avaliação dos contratos ou da execução dos mesmos. Ela não se mistura em discussões nem de natureza orçamentária e financeira, tão pouco dos contratos propriamente ditos. Isso está expresso em várias atas, que depois vamos analisar.

Nós pedimos informações adicionais, para ela fazer mais uma análise técnica. Eu reitero aqui, que acho que foi um equívoco por parte da Assembleia Legislativa, ter constituído um conselho ou comissão composta por membros das OSS. Eu duvido que em alguma das reuniões, um membro da OSS tenha votado contra, ou sequer com reservas, o que foi discutido na comissão. Nossos votos sempre foram com reservas, pleiteando uma mudança sistemática. Eu acho que estamos olhando para outro aspecto aqui. As leis aprovadas por nós, e que criaram esses conselhos, e que o deputado Barros Munhoz, com cautela, resolveu não compor, na verdade esses conselhos são permeados por grupos de interesses muitas vezes relacionados ao próprio tema.

Como foi dito aqui, o conselho da Artesp. Você forma um conselho em que os partícipes têm interesse direto naquilo que está sendo discutido lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Ou parecem marcianos. Dão uma passadinha, não sabem nem o que está acontecendo e assinam a ata.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Por isso que até propus na reunião anterior, se não seria o caso, já que a Assembleia tem dois representantes nessa

comissão, de abirmos mão de uma vaga para que o Tribunal de Contas do Estado participasse.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - E por que não criar mais uma?

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Pela ordem. Eu não posso resistir à tentação de dizer que, embora sejam de faixa, inócuas essas comissões, elas são disputadíssimas pelos deputados. Há briga de foice para ver quem vai para lá.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Menos as da saúde, não há tanta competição. Mas outras certamente. Então na verdade, nós não recebemos. Essas denúncias estão sendo recebidas agora. E sequer temos certeza...

O SR. HAINO BURMESTER - A comissão nunca recebeu nada dessa natureza, de que funcionários...

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Tanto é assim, deputado Barros Munhoz, que eu trouxe uma minuta de um projeto que estou apresentando, mas dependemos de assinatura. Não sei se V. Exa. se lembra. Se aprovado esse projeto de lei, o Tribunal de Contas precisaria nos informar a cada novo procedimento que abre, inclusive o andamento, informar às Comissões de Méritos da Assembleia. Porque não sabemos nem da criação de uma investigação, e tão pouco do resultado a que ela chegou. Ele é um órgão de auxílio ao parlamento estadual. Então certamente, se o tribunal nos informasse em tempo real ou num prazo curto sobre as investigações em curso, teríamos vários casos a serem analisados aqui.

Mas eu tenho certeza que tendo acesso aos contratos, vamos saber de outras situações igualmente preocupantes, que merecem uma análise aqui na CPI, e também por parte da Secretaria de Estado da Saúde.

O SR. HAINO BURMESTER - Seguramente, deputado. Inclusive o deputado Neder está correto quando diz que o escopo da comissão é analisar o cumprimento do contrato. Mas eu posso dizer, por mim, pessoalmente como coordenador, que se uma denúncia dessas tivesse chegado a mim, eu teria levado à frente seguramente.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Posso fazer uma indagação só para concluir? E se num contrato da OSS viesse assim, “membros da diretoria: Neném da Rocinha, Marcola, o outro lá famoso que não lembro o nome...”, tudo bem? O contrato está ok, tem o nome, RG, endereço da pessoa. Está tudo ok.

O SR. HAINO BURMESTER - Veja deputado, eu acho que se a colocação tivesse um nome tão evidente como o senhor está falando, ele despertaria. Talvez até respondendo um pouco da indagação do deputado Edmir Chedid, de como funciona isso. Quem faz o contrato, quem negocia, quem analisa o contrato mensalmente com as OSS, etcetera, é a coordenadoria de gestão de OSS. A Dra. Eliana antes, e agora o novo coordenador. São eles que fazem.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - O sobrenome dele é Fiuri. É o contrário. Um é aquele que era da Assembleia...

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Voltamos ao debate.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSB - Desculpa. Só queria lembrar que o nome que não lembrei na hora era do Fernandinho Beira-Mar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem que descontrair às vezes.

O SR. HAINO BURMESTER - Tudo bem, sem problemas.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Pela ordem, presidente. Tem alguém inscrito?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Tem o nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Só pela oportunidade, queria lembrar ao deputado Barros Munhoz que no depoimento aqui do Sr. Mauri, ele trouxe uma

documentação mostrando como o contrato é frágil. O contrato contém poucos elementos para que possamos analisar até mesmo a seriedade, expertise ou condição da empresa em prestar o serviço que está sendo quarteirizado indevidamente. Porque isso já deveria ser atribuição própria da OSS que foi contratada. Nós precisamos analisar um pouco o contrato, que depois é objeto de uma análise por essa coordenadoria de avaliação dos contratos de gestão.

Ele é tão frágil, que a própria coordenadoria, se quiser fazer uma análise aprofundada, precisaria recorrer a outras informações.

O SR. HAINO BURMESTER - De novo, o contrato também é publicado no edital de chamada dos candidatos. O contrato também é público e está no portal da secretaria.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Nobre deputado Carlos Neder, tem dois procuradores acompanhando o trabalho da CPI, que estão à disposição para fazer a análise de cada contrato desses, para nos orientar.

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Vossa Excelência encaminhou para todos os deputados por e-mail, o material trazido aqui pelo Sr. Mauri. Na verdade, cabe fazer uma análise das empresas envolvidas na Junta Comercial. Isso é coisa que a procuradoria poderia já ir adiantando, para sabermos efetivamente quem está por trás dessa pequena amostragem trazida aqui. O problema vai além. O próprio contrato, se analisado a fundo, vamos perceber que é extremamente frágil nas informações que nos oferece.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Por gentileza, nobre deputado Marco Vinholi.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Cumprimentar o presidente Edmir Chedid, levando um ritmo importante para essa CPI, tocando com seriedade e competência. Estava aqui o nosso Barros Munhoz, que assim como eu, é um CPIsta. Assim como o Edmir também, temos participado de várias CPIs na Casa, porque gostamos de fiscalizar e atuar nessa área aqui no parlamento. Também o nosso Wellington Moura,

presidente da Comissão de Finanças. Cezar de Madureira, um deputado muito ativo nessa área da saúde. E o Dr. Carlos Neder também.

Dizer, em primeiro lugar, que sou um defensor desse modelo de OSS. Eu me lembro quantos prefeitos no interior, naquela discussão eterna de, “mas para pagar o médico aqui, para o que ele precisa ter e retê-lo na minha cidade”, “vai perder o médico para outra cidade porque não pode pagar o que ele precisa”, “Taquaritinga aumentou o salário do prefeito para poder pagar aquilo e reter o médico lá”. Essa foi uma discussão de muitos anos, até chegarmos nesse modelo de OSS que temos ainda em disputa no país. São Paulo é referência nisso, avançou muito. Eu me lembro que antes eram termos de parceria, um modelo um pouquinho diferente do que temos hoje. Agora esse modelo já há um certo tempo, mas que tem avançado de qualificação das OSS.

Vemos um avanço nesse sentido, de transparência, de ter um trato com a questão da contratação das OSS. Nós temos no bojo da Lei 13.019 novos paradigmas também na questão de organizações de forma geral no país. Estamos em constante adaptação quanto a contratação de OSS, e parcerias do Estado com entidades e organizações de forma geral. Eu sou defensor desse modelo, e acho que avançamos bem aqui em São Paulo. Mas é evidente que temos grandes gargalos, Haino. Você colocava um pouco dessa questão da comissão, o que faz, tem uma outra que também avalia esses contratos.

Na minha opinião, eu acho que esse modelo de qualificação é sim correto, porque saúde não é um produto que você pode simplesmente colocar ali na rua, e aquele que der o preço vai levar. Saúde é muito sério, então temos que ter sim um crivo especial, duplo e triplo. Agora, os parâmetros que determinam essa qualificação têm que ser cada vez mais transparentes e claros para a sociedade e entidades. Eu acho que isso tem ficado em constante adaptação, e temos que aprimorar. Então queria pedir a você, que se pudesse encaminhar de que forma esses passos são feitos lá.

Eu queria também, de forma muito objetivo, de que possamos através dessa CPI, propor também uma aproximação da Assembleia na fiscalização disso. Nós temos aqui um órgão fiscalizatório da Assembleia, que não tem participado de perto. Não tem tido esse espaço. Colocou muito bem o Barros aqui, nós disputamos à tapa para participar disso. A questão das OSS é muito importante para nós. Então queria perguntar a você, nesse ano nós tivemos qualificação, temos alguma em curso? Como vai ser esse procedimento daqui para a frente? Se tiver alguma questão nesse sentido, que possamos acompanhar de perto, nesse exato momento, e participar um pouquinho pela

Assembleia, desse processo, para entender melhor de que forma essa comissão toca isso.

Assim como o Barros, sou fã do modelo de gestão de saúde aqui do Estado de São Paulo, avançamos muito. Não queria citar o Davi, mas de modo geral, a saúde não é um grande gargalo só de São Paulo, mas de todo o país. Mas aqui nós avançamos bem, e com esse modelo das OSS. O que temos que avançar também é com um modelo mais transparente, que possa entregar para a população que utilizar o serviço público de saúde do Estado, um produto melhor.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Pela ordem, nobre deputado Cezinha de Madureira.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Queria fazer duas propostas para Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - O senhor não quer deixar o Dr. Haino responder o Marco Vinholi?

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Tudo bem.

O SR. HAINO BURMESTER - Só gostaria de enfatizar novamente que toda documentação das OSS está no portal da secretaria. Para salvar a observação do deputado, que de repente o contrato pode ser melhorado, mas está lá. Isso é importante de colocar. O senhor perguntou quais estão em andamento. Que eu saiba, no momento me parece que há um encaminhamento que eu não sei muito bem em que ponto está em Sorocaba, e acho que o interior foi em Itanhaém, não sei se nesse ano ou final do passado. São as duas...

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - É o novo hospital de Sorocaba.

O SR. HAINO BURMESTER - É, o Hospital Geral de Sorocaba.

O SR. MARCO VINHOLI - PSDB - Fui na inauguração.

O SR. HAINO BURMESTER - São os dois que eu me lembro, que estão em processo de andamento. Itanhaém acho que já foi completado, e Sorocaba me parece que está no processo de qualificação.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Deputado Cezinha, e depois Carlos Neder.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Só dando sequência aqui à fala do deputado Barros Munhoz, antes da proposta que vou fazer a Vossa Excelência. O deputado também relatou do orçamento, que quase me ajudou muito no Hospital das Clínicas. Eu que sou um eterno defensor... Vou colocar V. Exa. para depor aqui depois. Ele diz que a culpa é sua, deputado Barros. Mas fazendo uso das suas palavras aqui sobre a saúde. Esse modelo das OSS é fantástico. Trabalhou muito nisso e merece aplausos pelo trabalho que fez o secretário David Uip, um dos melhores infectologistas da América Latina.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - É só proibir a quarteirização que já ajuda muito.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Inclusive o Hospital das Clínicas faz um trabalho belíssimo. Mas é necessário essas fiscalizações e trabalho, porque existem muitas discrepâncias sim. Inclusive apontadas pelo Tribunal de Contas aqui nesta CPI. Quero propor a V. Exa. e deixar registrado duas coisas. Em algum momento vamos sortear entre nós uma OSS dessas, e vamos fazer uma visita de surpresa para ver se a quantidade do quadro médico requisitado lá está trabalhando exatamente. A outra é, propor ao final dessa CPI, uma obrigatoriedade de todos os hospitais e locais que tenham uma OSS, ter um ponto eletrônico criado para que dê a entrada e a saída do médico naquele hospital ou unidade de saúde, e que isso fique público no site da Secretaria da Saúde. Quero propor a V. Exa. que ao final dessa CPI crie essa lei, dando essa obrigatoriedade do ponto eletrônico, do dedinho do camarada lá.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, o senhor pode propor até.

O SR. CEZINHA DE MADUREIRA - PSD - Não, nós estamos na CPI e não queria eu propor. Queria que todos os deputados propusessem.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - A primeira coisa que você colocou, nós já solicitamos que vai ter uma reunião entre os assessores, para realmente organizar essas visitas in loco. Elas são importantes. Mas você sabe que eu estava entendendo tudo aqui, e acho que a fiscalização feita é assim. “Me entregue essa xícara com café e duas gotas de adoçante”. Não interessa quem é o fornecedor da xícara, onde foi produzido o café, se ele foi feito com a água fervida ou não, qual tipo de adoçante está sendo usado. Entregaram a xícara com café. É isso que o pessoal da secretaria fiscaliza.

Na minha opinião, eles não fiscalizam se tinha médicos, se não tinha. Vê lá que não tem reclamação, ótimo. Agora o que vimos hoje no Hospital Pirajuçara, numa fiscalização que a imprensa fez, mais precisamente a TV Globo, ouvindo a população de quais eram as reclamações. Qual era a maior reclamação de falta de médico lá? Pediatra. Qual é o contrato que veio a denúncia que o Dr. Mauri trouxe para nós aqui, de não sei quantos, 30 e poucos médicos sócios, e nove servidores da SES? Pediatras. É incrível esse tipo de coisa né? Essas coincidências. Cabe a nós procurarmos ouvir aqueles que entendem, procurar melhorar a legislação.

Acho que não é fácil, são centenas de milhares de servidores. Mas tem que ter um cruzamento disso tudo. São 28 bilhões de reais que o Estado gastou em cinco anos, e vai gastar muito mais ano que vem, e no outro ano vai gastar mais. É um avanço muito pequeno, tem que avançar muito mais. Pois não, deputado?

O SR. CARLOS NEDER LULA - PT - Presidente, gostaria de fazer uma última pergunta. O presidente do Tribunal de Contas do Estado nos trouxe aqui o acórdão do Supremo Tribunal Federal, em relação à constitucionalidade das OSS. E o acórdão traz duas questões bastante relevantes. Uma é que essas OSS precisam atender aos ditames da gestão pública, no que diz respeito à impessoalidade, transparência e assim por diante. Ele coloca aqui no slide 29 duas observações; contratação de empresa sem processo de seleção de fornecedores, contrariando o regulamento de compras da

entidade; idêntico procedimento com pessoal, caracterizando fuga da transparência que deve nortear todo o processo seletivo.

Sabe a tradução disso aqui? Nós voltamos para o QI - Quem Indica. Contratação de profissionais pagos com recursos do Tesouro estadual, em que um médico sugere o nome de outro colega, um enfermeiro sugere a contratação de determinada PJ, como o deputado Barros Munhoz mencionou. Estamos vendo o seguinte, em que pese toda a intenção de agilidade, se não houver um controle efetivo, estamos perdendo a governabilidade sobre recursos públicos que vêm crescendo de tal maneira, que num determinado momento essa conta não vai fechar. E é um dinheiro fácil, é capitalismo sem risco. A empresa se apropria de fundos públicos, sem licitação, sem disputa, sem que consigamos garantir que a melhor empresa e o melhor serviço sejam contratados.

Então eu pergunto ao Dr. Haino na condição de coordenador de recursos humanos da secretaria. Além do aspecto de estarem utilizando funcionários públicos para legitimar, contratar e facilitar a existência desses contratos com a Secretaria de Estado da Saúde, se há uma preocupação quanto à transparência no processo de seleção das pessoas que serão contratadas pelas OSS e pagas com recursos públicos. Podemos afirmar que acabou o QI - Quem Indica, de favorecimento de contratação de parentes, amigos, conhecidos?

O SR. HAINO BURMESTER - Eu não sei se o contrato de gestão não chega a esse ponto, se entendi sua pergunta, de a secretaria questionar se a OSS contratou esse ou aquele. Não entendo. Talvez seja essa uma das colocações que o senhor faz com relação ao que o contrato precisaria ser melhorado, etcetera. Não tenho essa informação, de que a secretaria tenha, pelo contrato vigente, este poder de dizer “este sim, aquele não”. É diferente, se o Sr. me permite, é diferente do fato que o Sr. está trazendo aqui, de que, de repente, empresas têm funcionários públicos, e são contratados.

Eu volto a insistir, o Sr. colocou uma delas, eu vou trabalhar em cima deste nome, mas se houverem outras, forneçam, que nós vamos atrás dessas informações, para ver quantas, qual é o número.

O SR. – Sr. Haino, o Tribunal de Contas apresentou uma determinada maneira de ver, que, tão importante quanto o controle externo, é o controle interno. Nós somos um órgão de controle externo. O Ministério Público o é; o tribunal de contas, também. Entretanto, a Secretaria de Estado da Saúde tem que ter controle interno. Não é possível

que nós tenhamos que levantar um universo de problemas, sendo que a secretaria detém hoje o segundo ou terceiro maior orçamento do estado de São Paulo, e não consegue ter um mecanismo efetivo para questões tão básicas como essa.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM – Pela ordem, nobre Deputado.

O SR. – Posso estar enganado, mas acho que a coisa mais simples e banal que existe. Quem são os dirigentes da entidade? Fulano, fulano, fulano. Dá uma olhada no quadro de servidores da secretaria, e confronta. Uma criança de grupo faz isso, doutor. Eu estou certo, ou estou errado?

O SR. HAINO BURMESTER - O senhor está certo, por isso que eu insisto.

O SR. – Como eu gostaria de estar errado, e estou certo. O que eu mais detesto na vida é ouvir “O Sr. tem razão, o Sr. está certo”, poxa vida. Então, estou certo.

O SR. HAINO BURMESTER - É isso que estou colocando, se fizerem.

O SR. – Doutor Haino, é o senhor que devia fazer isso, não interessa quem, o senhor é coordenador de Recursos Humanos, eu não fui um nome tão bonito assim, eu fui Gerubal Pascoal, Chefe de Pessoal, em 1964, na Bom-Bril, eu gosto de repetir. Por isso que eu sou de mil e uma utilidades. Eu faço questão de frisar. Mas não é possível que os Srs. não conheçam essas coisas mais comezinhas da vida. O homem chegando em marte.

O SR. HAINO BURMESTER - A sonda está chegando, o homem ainda não. Deputado, eu não sei se o Sr. estava aqui a hora que eu fiz uma observação, de que saí lá da Secretaria, em meio a uma reunião da Comissão que está fazendo a auditoria, são algumas das medidas que nós temos implementados dentro da Secretaria, no sentido de fazer isso que, pelo que eu entendo da sua observação, é no sentido de fazermos os controles que estamos cada vez mais aprimorando. Volto a insistir, nunca, em nenhum momento, reivindicamos infalibilidade aqui, seja para Comissão, seja para Coordenadoria, seja para Secretaria. Erros existem.

O SR. – Mas nem tão violenta violabilidade. Nem inviolabilidade, mas nem tão violenta violabilidade.

O SR. HAINO BURMESTER – Volto a insistir, apresentados os casos, o Deputado diz que não é função só da Comissão fazer esse tipo de coisa, que devemos aprimorar os nossos controles internos, eu estou colocando um exemplo de um controle interno implementado agora recentemente, certo? Existem vários outros mecanismos internos, que estão sendo aprimorados constantemente.

O SR. – Nunca houve uma denúncia chegada ao Sr. durante esses 7 anos em relação a isso, nem por e-mail?

O SR. HAINO BURMESTER – Volto a insistir, com relação à colocação que o Deputado Carlos Neder fez, que “existe contratação de empresas nas quais funcionários da Secretaria”, estou ouvindo isso pela primeira vez. E volto a insistir, o deputado mencionou o nome de uma empresa que nós vamos atrás para ver o que essa empresa tem, enfim, óbvio que eu tenho que acreditar na palavra do deputado, e nós vamos ver o que podemos fazer, seja para CPI, ou para a Comissão em condições regulares, para explicar se este fato acontece, ou não.

Eu só gostaria de fazer também uma observação, com relação à sua metáfora do cafezinho, em grande parte, a Comissão vai analisar, não é se a água é boa ou não. A Comissão vai analisar se a água é boa ou não, se o café está dentro de um espaço de caloria, se o café tem que ser servido a 50 graus. Então, há indicadores, então eu acho que a sua metáfora é válida até certo ponto. Há indicadores, não é só se o café e a xícara vieram. Há indicadores para medir algumas características desse café, da xícara.

O SR. – O que eu quis dizer com isso, doutor Haino, é o seguinte. A mim me parece assim. Olha, a meta a ser cumprida tem lá não sei quantas cirurgias de catarata. Teria que ter tantos médicos para fazer isso lá, cirurgião. O que eu estou entendendo é o seguinte, para a Secretaria, não interessa quantos médicos tem, se eles estão trabalhando ou deixando de trabalhar. Se teve o trabalho de fazer a triagem, inscrição. É o seguinte, fez ou não fez? Fez mais, ou fez menos, é isso, para nós entendermos, os parâmetros que os Srs. têm?

O SR. HAINO BURMESTER – Este é um conjunto de indicadores, que nós chamamos de indicadores de produção. A OS se compromete a uma lista bastante grande de indicadores de produção.

O SR. – Existem indicadores de qualidade?

O SR. HAINO BURMESTER – Vou em seguida agora dizer. O outro conjunto de indicadores são indicadores de qualidade. A avaliação do usuário é outro conjunto de indicadores, e há um elenco de indicadores que são avaliados pela comissão. Classificados genericamente em produção, qualidade, avaliação do usuário, imagino, agora, não me lembro, deve ter algum outro indicador também.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. – Desculpa, Cezinha, só pela oportunidade. E quando a avaliação dos usuários é ruim?

O SR. HAINO BURMESTER – Há uma margem em que o hospital tem, primeira coisa, ele tem que informar, esse já é um indicador, se ele informa ou não informa. É um primeiro indicador. Segundo indicador, há uma margem de aceitação de bons, ótimos, etcetera. Se ele estiver fora dessa margem, que não me lembro qual é o percentual, exatamente, ele será punido, como eu falei aqui, as OS são punidas, se elas não cumprem os indicadores.

O SR. – Com multas.

O SR. HAINO BURMESTER – Com multas.

O SR. – Nada mais do que multa.

O SR. HAINO BURMESTER – A primeira é uma advertência, a segunda é uma multa, não me lembro agora se existe uma entre a multa e a desqualificação, mas a última é a desqualificação.

O SR. – A desqualificação seria a perda do contrato?

O SR. HAINO BURMESTER – A perda do contrato.

O SR. – Perde o contrato, e depois há uma punibilidade para não-contratação, por um período?

O SR. – Ele fica por, agora não me lembro se são 5 ou 8 anos. Ele não pode contratar com o Estado.

O SR. – Sr. Presidente, só usando da prerrogativa do doutor Carlos Neder, que toda hora falamos que é a última, mas está em meia hora, uma hora nisso. Devido a algumas denúncias, nós vamos avaliando algumas perguntas, doutor Haino. O Sr. pode me responder, como RH desse seu setor, o gestor de uma OS. Ele pode, ao mesmo tempo, ser superintendente ou gestor de um hospital estadual, 2, 3, 4, 5?

O SR. HAINO BURMESTER – Não.

O SR. – Vou perguntar novamente para o Sr. O gestor de uma OS, hipoteticamente, ele é gestor da OS do hospital de Itapira. Ele pode ser superintendente do hospital Pirajussara, por exemplo?

O SR. HAINO BURMESTER – Não.

O SR. – Não. O Sr. está dizendo que não. Ok. Registre isso, por gentileza. Obrigado.

O SR. – Eu queria, então, fazer perguntas, continuar uma delas, Excelência. E na sua opinião, como coordenador de RH, tudo aquilo que o senhor conhece, o senhor acha correto então o presidente de uma OS que recebeu quase 3 bilhões de reais nos últimos 5 anos, ter o seu presidente nomeado secretário adjunto de Estado? Ele recebia os recursos, ele, há uma semana atrás, 10 dias, ele recebia os 3 bilhões de reais, em 5 anos,

como diz o Tribunal de Contas. Agora, quem paga? E não existe uma quarentena no meio, o Sr. acha que isso é correto?

O SR. HAINO BURMESTER – Eu não sei qual é o caso ao que o Sr. se refere.

O SR. – Eu digo o seguinte, o médico pediatra doutor Antônio Rugolo Júnior, ele é o novo secretário adjunto da Secretaria de Saúde, o Sr. conhece?

O SR. HAINO BURMESTER – Conheço

O SR. – O Sr. acha que é correto ele, de uma semana para a outra, deixar de ser quem recebia os recursos do governo do estado para gerir a saúde, para ser quem vai pagar a própria instituição que ele presidia? E que ele não renunciou, ele só se afastou. O Sr. acha que é correto isso? No pensamento do Sr., o Sr. tem 40, 50 anos de vida pública, um homem sério, um homem diferenciado, todos nós aqui o respeitamos, todos os secretários que por lá passaram procuraram aproveitar a sua experiência, a sua bagagem. O Sr. acha correto isso?

O SR. HAINO BURMESTER – Eu acho que ele é uma indicação do secretário, eu acho que é o secretário que teria que responder essa pergunta.

O SR. – O Sr. faria essa indicação se o Sr. fosse secretário? Um membro, um presidente de uma OS?

O SR. HAINO BURMESTER – Não sou secretário, e não acho que vou ser.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. – Porque é chefe do RH, Barros Munhoz. Tinha que alertar o secretário, chegar para o secretário, falar “Você não está vendo a besteira que você está fazendo, secretário? Você não está entendendo que você está pegando e entregando tudo para o cara que vai pagar as OS”? Será que nós estamos dando, não estou falando que é bandido, pelo amor de Deus, mas parece que estamos invertendo as coisas, o que está acontecendo, meu Deus do céu? Eu acho que alguém tem que alertar o secretário, o

Governador do estado. Eu não posso, não tem uma quarentena, não tem nada. Desculpa, deputado Barros Munhoz, é que eu também, de vez em quando, fico nervoso. Faz tempo que eu não fico.

O SR. – Me permite uma parte?

O SR. – Eu quase nunca fico.

O SR. – Eu sei, é só o nosso jeito.

O SR. – Só um detalhe, exemplo, numa saída de secretário em viagem, quem assume?

O SR. – É o secretário adjunto.

O SR. – Ele, no caso.

O SR. – É lógico.

O SR. – Mas eu preciso explicar quem é, dá licença, só um minutinho. Eu preciso explicar quem é.

O SR. – É o ordenador de despesa, só isso.

O SR. – Mas eu preciso explicar quem é ele, dá licença só um minutinho, espera um pouco só, o que nós não podemos nos perder nessa Comissão, é exatamente nisso. Essa comissão, meu caro deputado Edmir Chedid, eu quero parabenizá-lo, ela tem um objetivo mais amplo, e um objetivo que é importantíssimo para o estado de São Paulo, diagnosticar as falhas gritantes. Agora, não podemos particularizar. Eu fui saber quem é esse cidadão. Eu fui saber, esse cidadão não era um dirigente de OS. Ele é um administrador, fantástico administrador do hospital de Botucatu. Referendado, qualificado, respeitado, eu fui procurar gente que o conhece de vários partidos, fui buscar várias opiniões.

Depois disso, ele é presidente, essa OS, nós também não podemos confundir OS com as fundações que são OS mas que são ligadas às universidades. Ele é um professor universitário, ele é um presidente correto de uma OS, foi presidente correto, e mais, foi chamado para resolver problemas sérios de um hospital de Bauru, e assumir o comando do hospital de Bauru. Conhece hospital como pouca gente nesse estado. Então, é nessa qualidade, não podemos duvidar da honradez de cada um. Então, porque ele foi de uma OS, ele não pode pagar a OS? Ele recebia quando era da OS, e agora ele paga quando não é, não vejo nenhum problema. Se ele é honesto, se ele é sério, e isso é que tem que ser avaliado, e isso, eu tenho certeza absoluta, que ele é um cidadão qualificado para a função, e submetido a qualquer tipo de exigência e prova à sua capacidade. E vai provar sendo um excelente adjunto desse que nós desejamos que seja um grande secretário, como foi David Uip.

O SR. – Pela ordem.

O SR. – Nesse tema, deputado.

O SR. – Eu vou cobrar muito ele, todo dia, lá.

O SR. – Eu tenho certeza, agora, eu acho que a CPI poderia criar uma regra aqui.

O SR. – Nós não vamos prejudicar, comandante.

O SR. – Eu não estou prejudicando, excelência, é que eu acho estranho isso. Eu tenho uma coisa na minha cabeça, quem cota preço, não compra. Quem compra, não paga. Quem cota compra e paga, não recebe.

O SR. – O senhor vai dizer que um jogador da Ponte Preta não pode jogar no Bragantino. Como que ele vai jogar conta a Ponte Preta o jogo do Bragantino e Ponte Preta? Não, pelo amor de Deus. Não, pelo amor de Deus.

O SR. – Ele vai ter informações importantes, tem que ter uma quarentena.

O SR. – Mas eu estou trazendo as informações, estou trazendo, ele é um homem altamente qualificado.

O SR. – Não, conheço o senhor, e confio no que o senhor está falando.

O SR. – Não podemos generalizar, senão diminuimos a importância enorme dessa CPI.

O SR. – Pela ordem, Sr. Presidente. Exatamente, a preocupação do deputado Barros Munhoz não é nem o caso em si, mas, por exemplo, eu fiquei responsável por acompanhar as OS no município de São Paulo. O que temos observado, e isso importa para a CPI, é que cada vez mais cargos de livre provimento das secretarias no plural vêm sendo ocupados por pessoas indicadas pelas OS. Como o cargo é de livre provimento total, ele não tem nenhum tipo de requisito para ser preenchido, como ter expertise, mestrado, doutorado, ou coisas que tais.

Então, vale aqui a preocupação, que é como se dá a relação entre o Poder Público, que deve fiscalizar essas empresas contratadas, e o preenchimento de cargos em áreas estratégicas por pessoas vinculadas às OS. Recentemente, o município de São Paulo, com o secretário Wilson Polara, foi instado a demitir 5 membros da sua diretoria, está na imprensa, inclusive com denúncia de envolvimento em ilícitos, e indicações essas relacionadas às organizações sociais. Está na imprensa, nos últimos 15, 20 dias aí. Então, eu gostaria, Sr. presidente, de pedir uma ajuda. É o seguinte. Primeiro, eu já fiz duas tentativas para agendar uma conversa no Tribunal de Contas do município, e não consegui viabilizá-lo até agora. E eu aprovei aqui, se não me falha a memória, um convite ao presidente do Tribunal de Contas do município, que é o conselheiro João Antônio, para que ele venha a esta CPI, ou antes disso, que ele nos receba lá, porque precisamos saber o que está acontecendo no município, e essa é uma atribuição que me foi dada.

Segundo, eu acho que nós precisaríamos ter uma agenda em que nós possamos, cada um dos responsáveis por um dos subgrupos, informar ao conjunto aqui, o que é que está fazendo, o que pretende fazer, dentro do tempo que dispomos. Então, eu informaria à capital como é que está sendo abordada. Deputado Cezinha de Madureira, como que ele está cuidando da questão dos hospitais e da central de regulação. Deputado Barros Munhoz, como que ele está observando a questão dos demais

municípios, exceto a capital, e assim por diante. O Wellington Moura, a questão dos demais serviços, etcetera.

Então, eu acho que precisaríamos fazer algumas escolhas em termos de temas e procedimentos aqui na CPI.

O SR. – Uma parte, deputado. Eu vou deixar muito clara a minha posição, porque ela pode parecer ser dúbia, porque tem hora que eu bato, tem hora que eu afago. Eu acho que o que está errado deve ser combatido, e o que está certo, enaltecido. O que não podemos é criminalizar OS. Tem OS boas, eu conheço, e tem OS catastróficas, eu conheço. Eu cheguei a obter um mandado de prisão pro presidente da Unimed da Baixa Mogiana, porque ele se recusava a cumprir uma ordem judicial de recolher Imposto sobre Serviço para a prefeitura de Itapira. Eu obtive o mandado de prisão.

Então veja, eu não vou dizer que as Unimed não prestam, que todas as Unimed não prestam. Agora, cada caso é um caso. O que não podemos é criminalizar, não podemos descambar para isso, “É OS, não funciona”, isso que nós devemos evitar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Para responder o nobre deputado Carlos Neder, assessoria me informa que o presidente do Tribunal de Contas do município deverá vir à essa CPI dia 29 ou 30. Existe uma programação, ele já confirmou, Excelência.

Também concordo com V. Exa., viu, deputado Barros Munhoz. Tem os bons e os ruins em todos os lugares. Agora, nós vamos olhando tanta coisa, que vemos que essa quarteirização, você fica olhando o que aconteceu no Lava-Jato, e vê que o modelo para fazer a propina, para comprar políticos, agentes públicos, eram através dessas empresas de prestação de serviço, que é mais ou menos uma quarteirização. Também vale aqui dizer que tem as sérias, e as que não são sérias. Tem a que presta o serviço, as que não prestam serviço. Agora, temos que fazer um debate aqui, deputado Barros Munhoz, quanto ao caso aqui do secretário adjunto, que já confirmou a sua presença, virá aqui na quarta-feira próxima, fazer a sua explanação, e na terça-feira, devemos receber o doutor Cármino, que é o Secretário.

O SR. – Não é o Secretário da Saúde de São Paulo?

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Em Campinas. Ele vai poder elucidar para nós, inclusive sobre o Ouro Verde, os problemas que teve lá, e tal. Mas é o seguinte. Por que pode, é isso que teremos que discutir e achar um caminho. Por que o servidor público do estado, com sei lá quantas horas ele deve trabalhar por mês, um médico, quanto é?

O SR. HAINO BURMESTER – Tem médico de 12, 20, 24, 32 horas.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Mensal?

O SR. HAINO BURMESTER – Semanal.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Então, ele trabalha 12 horas durante a semana, 2 horas e pouco por dia, um exemplo. Por que ele não pode ser dono de uma empresa que presta serviço para o estado, e por que uma pessoa que era presidente de uma OS pode ser secretário adjunto e inverter a posição? É uma discussão que vamos ter que fazer, não estou falando da honradez da pessoa, nada disso. É que existem vários cargos que ocupam nesse país a nível federal, o Sr. foi ministro, o Sr. conhece, que tem que ter uma quarentena.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Só pela oportunidade, deputado Edmir. Ele se afastou para ocupar o cargo, e mais do que isso, julgou mais prudente e correto se desligar.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Eu não tinha conhecimento do desligamento.

O SR. BARROS MUNHOZ – PSB – Foi, ele não tem nenhum vínculo. E vou lhe dar uma informação, que o Sr. pode confirmar com todas as pessoas que conhecem esse profissional, é um homem sério, qualificado, e foi uma grande nomeação para a função que vai exercer.

O SR. – Uma parte, deputado, por favor, o Sr. me permite? Eu quero fazer jus às palavras do deputado Barros Munhoz, presidente. Quando presidente da comissão de

saúde, eu o recebi aqui, este senhor, e pude constatar que nas informações, aquela Comissão na época pedida, um senhor muito correto naquilo que ele nos trouxe. Mas eu gostaria de pedir a verificação de presença, Sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE - EDMIR CHEDID - DEM - Excelência, antes de fazer a verificação de presença, quero entregar às mãos aqui do doutor Haimo, toda a explanação que o Tribunal de Contas fez à essa CPI, para o Sr. ter conhecimento mais rapidamente. E da mesma forma, todo o documento elaborado pelo conselheiro estadual de saúde, o Sr. Mauri Bezerra, sobre os funcionários da Secretaria que são donos de empresas que prestam serviços às OS.

Fazer uma verificação de presença, eu não constato número regimental, dou por encerrado a presente Sessão, agradecendo a presença de todos os Srs., agradecer o Sr. Haimo aqui, doutor, muito obrigado pela sua presença, pelas suas explicações, ficamos honrados aqui em recebê-lo.

Quero agradecer também a presença do vereador Maicon Ribeiro Furtado, de Barra Bonita, que acompanhou os nossos trabalhos.

-Está encerrada a Sessão.
